

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

RAMON LIMA ALVES COSTA

**MEMÓRIAS SUBMERSAS: OS IMPACTOS DA INUNDAÇÃO DA ANTIGA
CIDADE DE GLÓRIA-BAEM 1974.**

DELMIRO GOUVEIA- AL

2021

RAMON LIMA ALVES COSTA

**MEMÓRIAS SUBMERSAS: OS IMPACTOS DA INUNDAÇÃO DA ANTIGA
CIDADE DE GLÓRIA-BA EM 1974.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador(a): Profa. Ma. Sergiana Vieira dos Santos

DELMIRO GOUVEIA - AL

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

C837m Costa, Ramon Lima Alves

Memórias submersas: os impactos da inundação da antiga cidade
de Glória – BA em 1974 / Ramon Lima Alves Costa. – 2021.
69 f. : il. ; 30 cm.

Orienta o: Sergiana Vieira dos Santos.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal
de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2021.

1. História – Bahia. 2. Glória – Bahia. 3. História oral. 4. Memória.
5. Barragem de Moxotó. 6. Companhia Hidroelétrica do
São Francisco – CHESF. I. Santos, Sergiana Vieira dos. II. Título.

CDU: 981(813.8)

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAMON LIMA ALVES COSTA

Memórias submersas: os impactos da inundação da antiga cidade de Glória-BA em 1974.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Curso de Licenciatura Plena em História, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, aprovado em 18 de dezembro de 2021.

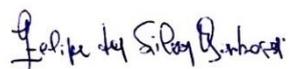


Profa. Ma. Sergiana Vieira dos Santos – ISCTE/ NOVA LISBOA (Orientadora)

Banca Examinadora:



Profa. Da. Sheyla Farias Silva - UFAL



Prof. Me. Felipe da Silva Barbosa - SEDUC/AL

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela sua misericórdia em minha vida. Sou grato pela paciência, persistência e sabedoria que me foram concedidos me permitindo chegar até aqui. Grandes foram as dificuldades enfrentadas durante a caminhada, mas tenho a certeza que o cuidado de Deus sempre esteve presente durante essa trajetória.

Agradeço a minha família, especialmente aos meus pais Marlene e Raimundo, pelo cuidado, proteção, orações e recursos disponibilizados durante todo o curso. Agradeço a minha irmã Raquel, pelo incentivo, pela força e pelos sermões que me ajudaram a não desistir no meio do caminho.

Agradeço a minha esposa Callyne, pela força, pela motivação e pela paciência de ler e de me ouvir durante a produção deste trabalho. Sua compreensão e ajuda foram bastante importantes.

Agradeço especialmente as moradoras entrevistadas da antiga cidade de Glória-BA, dona Antônia Julieta, Joilda Demostenes e Jildete Demostenes, pela disponibilidade de contar suas experiências e seus relatos de vida. Agradeço também pelos recursos materiais disponibilizados, como fotografias e obras acadêmicas pela senhora Antônia Julieta, que foram de extrema importância para a produção deste trabalho.

Agradeço a minha professora e orientadora Sergiana Santos, pela paciência, pelos conselhos, pelas orientações e contribuições dadas durante a graduação e durante a produção deste trabalho. Assim também, agradeço a todo o corpo docente da UFAL – Campus do Sertão, que contribuíram com meu aprendizado durante todo o curso.

Por último, agradeço aos meus colegas de turma, Quitéria, Matheus, Eliziane, Alana, Leonardo, Rafaela, Geovana, Nilton, Lenilson, Auzeni, Sara, Pablo, Rany, Lucas, Sávio, Vanessa, Mônica, Felipe, Cryslei, Marcos, Damiana, Rafael, Cleuriane e Natany pelas contribuições e experiências trocadas durante esses anos de graduação.

“(...) O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise de fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado.”

(LUCILIA DELGADO, 2010, p.36)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos da inundação da antiga cidade de Glória-BA em 1974 para seus moradores. Partindo das transformações espaciais e das realocações territoriais em detrimento da construção da barragem de Moxotó pela (CHESF) Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Para a concretização deste objetivo, utilizamos como fonte de pesquisa entrevistas realizadas com os antigos moradores afetados pela construção da hidroelétrica. Como metodologia, utilizamos a História Oral e suas técnicas além de pesquisas e revisões bibliográficas. No mais, levantamos os conceitos de Memória, Memória Coletiva e Memória Nacional para compreendermos como as memórias dos antigos moradores contribuem para a construção do conhecimento histórico acerca dos impactos causados pela inundação da cidade em 1974. Com a utilização da História Oral, foi possível compreender, a partir dos dados coletados durante as entrevistas, que a CHESF, para além da estrutura geográfica e material, modificou a estrutura de vida dos moradores da antiga cidade, impactando o cotidiano, os costumes, os elos afetivos, as relações, e os meios de subsistência da população local.

Palavras-chaves: Memória. História Oral. CHESF. Atingidos por Barragens. Moxotó.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the impacts of the flooding of the old city of Glória-BA in 1974 for its residents. Based on spatial transformations and territorial relocations to the detriment of the construction of the Moxotó dam by the (CHESF) São Francisco Hydroelectric Company. To achieve this objective, we used as a source of research interviews carried out with former residents affected by the construction of the hydroelectric plant. As a methodology, we use Oral History and its techniques in addition to research and bibliographic reviews. Furthermore, we raise the concepts of Memory, Collective Memory and National Memory to understand how the memories of former residents contribute to the construction of historical knowledge about the impacts caused by the city's flood in 1974. With the use of Oral History, it was possible to understand, based on the data collected during the interviews, that CHESF, in addition to the geographical and material structure, changed the life structure of the inhabitants of the old city, impacting daily life, customs, affective bonds, relationships, and means of livelihoods of the local population.

Keywords: Memory. Oral History. CHESF. Affected by Dams. Moxotó.

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A CONSTRUÇÃO DE HIDROELÉTRICAS NO BRASIL.....	14
2.1 Período de 1880 a 1930 — monopólios privados.....	14
2.2 Período de 1931 a 1945 — presença do Estado.....	17
2.3 Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).....	19
2.4 A usina de Paulo Afonso-BA.....	21
2.5 A barragem de Moxotó.....	24
3. OS ASPECTOS REGIONAIS E CULTURAIS DA ANTIGA CIDADE DE GLÓRIA-BA.....	25
3.1 A formação da antiga cidade de Glória-BA (Velha Glória).	26
3.2 O município de Santo Antônio da Glória.....	28
4. O FIM DA ANTIGA CIDADE DE GLÓRIA-BA.....	33
4.1 História oral.....	33
4.2 Memória.....	36
4.3 Relatos dos antigos moradores sobre o fim da cidade de Glória-Ba.....	39
5. CONCLUSÃO.....	54
6. REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES:.....	60
APÊNDICE A - Transcrição da entrevista realizada com Antônia Julieta Farias Campos e Silva, em 07 de agosto de 2019 em Glória/BA.....	60
APÊNDICE B - Transcrição da entrevista realizada com Jildete Demóstenes de Almeida Santos, em 21 de setembro de 2019 em Glória/BA.....	63
APÊNDICE C - Transcrição da entrevista realizada com: Joilda Demóstenes de Almeida, em 21 de setembro de 2019 em Glória/BA.....	66

1 INTRODUÇÃO

As usinas hidrelétricas são obras de engenharia complexas que buscam o aproveitamento do curso das águas dos rios para a produção de energia elétrica. Esse recurso passou a ser explorado fortemente em todo o mundo após a Segunda Guerra, no momento em que o desenvolvimento econômico era a ideia chave no cenário internacional para a superação do estado de subdesenvolvimento que se deparava alguns países(OLIVEIRA, 2018).

Oficialmente, a construção desses empreendimentos apresenta um discurso associado ao desenvolvimento econômico, à sustentabilidade, ao modelo de energia, limpa, renovável e de baixo custo, à produção e consumo de bens e serviços e à própria subsistência da população.

No entanto, os vastos estudos como os de: Vainer(2007),Ulloa e Bellini (2009), Queiroz e Motta-Veiga (2012), MAB¹(2014),mostram as incoerências destediscurso. Apontando alguns elementos como: os significativos impactos socioambientais efetuados pelas obras; a falta do prometido desenvolvimento econômico das regiões atingidas;as locomoções compulsórias de muitos habitantes que consequentemente vivenciam uma ruptura social; a mudança de moradia do interior para a cidade; as modificações e danos nos meios de produção e trabalho; a insuficiência de reparação dos recursos de subsistência;o alagamento de territórios; a desestabilização do coletivo comunitário; além dos males consequentes à saúde física e mental. Como por exemplo: distúrbios psicossociais,estresse, distúrbios nutricionais, cardiopatias, doenças respiratórias e digestivas.

Apesar da existência de umcenário de prejuízos e degradações, que tais empreendimentos acarretam, milhares de barragens foram inauguradas em todo o mundo nas últimas décadas, impactando expressivamente os recursos ambientais e sociais existentes.Supõe-se que estesempreendimentostenham sido os autores diretos pelo deslocamento de 40 milhões a 80 milhões de pessoas nos últimos anos. Levando em consideração os lesionados indiretamente pelasinundações, esse

¹O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) surge de lutas espontâneas e locais, como resposta à política nacional de energia de matriz hidrelétrica, que desalojava compulsoriamente os moradores de áreas a serem atingidas ou com o alagamento do reservatório, ou com a construção da estrutura das barragens em si.(SANTOS, 2015).

número pode variar de 400 milhões a 800 milhões, o que representa 10% da população mundial (GIONGO, MENDES e SANTOS, 2015).

No Brasil, a construção de hidrelétricas se expandiu a partir do final dos anos 1950 e principalmente depois do regime militar que se estendeu no país de 1964 até 1985. Atualmente, o Brasil é um dos maiores edificadores de barragens mundiais e o segundo país que mais produz energia hidrelétrica no mundo, atrás somente da China. Além de estar entre as 24 nações que geram 90% de toda a energia disponível no mundo, sendo conhecido por ser o país com maior potencial hidrelétrico do planeta (GIONGO, MENDES e SANTOS 2015).

A edificação de tais usinas no Brasil correspondeu a mais de 34.000 km² de área inundada (Bermann, 2007). E pressupõe-se que mais de 200 mil famílias foram retiradas, ou afastadas, de seus territórios, tornando-se vítimas de uma violenta desestruturação social causada pela privação territorial e pela remoção obrigatória, na grande maioria das vezes com compensações injustas, irrisórias ou inexistentes.

Em boa parte da consolidação desses empreendimentos, os impactos sociais e seus efeitos na vida das populações atingidas não foram considerados na fase do planejamento, ou não foram tidos como algo importante. Resultando em ações mitigadoras e compensatórias tardias e insatisfatórias (MENDES, 2015).

Assim, a discussão sobre os impactos da construção desses empreendimentos é considerada importante visando apontar lições para a gestão humanizada e sustentável de futuros projetos hidrelétricos no Brasil e no mundo. Além disso, quando levamos em consideração os relatos dos atingidos que vivenciaram as consequências, promovemos uma “história vista de baixo”². Abrindo a possibilidade de novas áreas de pesquisas que visam externar as experiências e contribuições de homens e mulheres que frequentemente eram ignorados. Compreender experiências passadas é um dos mais importantes instrumentos de prevenção, a fim de evitar que erros anteriores se repitam no futuro.

Desta forma, com o objetivo de direcionar e focar o olhar sobre as populações atingidas pelas inundações decorrentes da construção de usinas

² Edward Palmer Thompson é um defensor do ponto de vista da história vista de baixo. Na sua concepção a história deve ser contada, não somente levando em consideração os “grandes fatos” da história oficial e seus heróis, mas, sobretudo pela observação dos fatos ocorridos com pessoas que fazem parte da massa esquecida, entre eles: os operários, os camponeses, os artesãos, etc... (THOMPSON, 1992)

hidrelétricas, especificamente a população da antiga cidade de Glória-BA, atingida pela construção da barragem de Moxotó em 1974, é que se dedicam as linhas deste trabalho. Buscamos compreender e identificar através da realização de entrevistas como pensam os antigos moradores atingidos em relação as consequências da inundação da antiga cidade, e como a inundação modificou a vida dos moradores da região.

A antiga cidade de Glória, localizada no estado da Bahia, Região Nordeste do Brasil, foi inundada pela construção da barragem de Moxotó, criada para alimentar a Usina Apolônio Sales inaugurada em 1977. Tal barragem viria a fazer parte do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso-BA, um projeto que teve como principal responsável a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

Como metodologia de pesquisa e investigação utilizamos a História Oral, seu conceito e contribuição à ciência história com a realização de entrevistas com três moradoras que presenciaram a inundação da cidade. Para além do método e técnica de pesquisa, se fez necessária uma revisão bibliográfica com a intenção de encontrar materiais, documentos e produções acadêmicas que descrevessem o surgimento dos empreendimentos energéticos no Brasil, a região e a formação da antiga cidade de Glória-BA e o contexto histórico do período de inundação da cidade.

Como a metodologia da História Oral recorre a memória para relatar os acontecimentos passados, as definições de memória em Thompson (1992), e LeGoff (1996), o afloramento das memórias em Delgado (2010), e Dantas (2012), o conceito de memória coletiva em Halbwachs (2004) e os conceitos de memória nacional e esquecimento em Pollak (1989), fizeram-se fundamentais para o desenvolvimento do objetivo deste trabalho.

No primeiro capítulo apresentaremos uma descrição histórica e cronológica do surgimento dos primeiros projetos de empreendimentos hidroelétricos no Brasil que corresponderam aos anos de 1880 a 1930, pelas iniciativas privadas.

Em seguida, enfatizamos a ação incisiva do Estado que assume os empreendimentos a partir da década de 1930. Depois, discutiremos sobre o surgimento da CHESF em 1945 para que possamos compreender o processo de desenvolvimento das usinas hidroelétricas em Paulo Afonso, sertão da Bahia. Por último, apresentaremos as características técnicas da barragem de Moxotó em que

sua construção foi responsável por inundar e dar um fim a antiga cidade de Glória-BA.

No segundo capítulo, a partir da obra do memorialista Jarbas Carvalho de Oliveira intitulada *Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois: Recordações da Minha Infância e Juventude* (2007), em contraste com produções acadêmicas, fotografias e relatos dos próprios moradores da região, apresentaremos o processo de formação da antiga cidade de Glória-BA, e as principais características da cidade.

No terceiro e último capítulo, com o objetivo de identificar os principais impactos do fim da cidade na vida dos moradores da região, apresentaremos de início a metodologia de trabalho adotada e uma breve discussão sobre alguns conceitos que rodeiam a temática da memória utilizados neste trabalho.

Logo após, dando continuidade as descrições feitas por Jarbas de Oliveira em sua obra, juntamente com os relatos das moradoras entrevistadas, descrevemos o processo de realocação da população local para a nova cidade construída pela CHESFe o processo de inundação da antiga cidade, analisando as consequências desse acontecimento com base nas narrativas das moradoras atingidas pela construção da barragem.

2 A CONSTRUÇÃO DE HIDROELÉTRICAS NO BRASIL

Visando situar o leitor na compreensão do processo de construção da barragem de Moxotó, sertão baiano, responsável pela inundação da antiga cidade de Glória em 1974, entendemos que se tornam necessários descrevermos como os empreendimentos energéticos surgem no Brasil, bem como sua abrangência até a região estudada.

Para compreendermos um pouco da história recorremos a artigos e produções acadêmicas, destacando o artigo produzido por Nathalia Capellini Carvalho de Oliveira *A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil* (2018), atese de doutorado de Sérgio Luiz Malta de Azevedo *Produção do espaço urbano-regional na área das hidrelétricas do submédio São Francisco* (2008).

Desse modo, avultamos a fase de 1880, início dos primeiros projetos hidrelétricos, onde o setor privado exercia total domínio. Em seguida, enfatizamos o papel incisivo do Estado na construção desses empreendimentos, abrangendo até os anos 1945, período de surgimento da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), responsável por impulsionar o desenvolvimento hidroelétrico no Nordeste.

2.1 Período de 1880 a 1930 - monopólios privados

No Brasil, a energia elétrica passou a ser adotada no final do século XIX, mais especificamente em 1880, período em que o país passava por grandes transformações como a abolição da escravidão e a transição da monarquia para a república. O país dava os primeiros passos para o desenvolvimento econômico saindo do regime escravocrata.

As condições naturais e geográficas, como a abundância de rios e cachoeiras, fizeram com que o Brasil florescesse esses projetos e pouco a pouco o emprego da energia elétrica entrasse no cotidiano do país. O começo do emprego desse recurso restringia-se para alguns serviços públicos, e principalmente para a atividade fabril.

A primeira barragem hidrelétrica do Brasil foi a barragem do Ribeirão do Inferno no rio Jequitinhonha em Minas Gerais, construída em 1883 para proporcionar energia para uma mina de extração de diamantes(OLIVEIRA, 2018).Ao fim dos anos de 1890 haviasomente algumas empresas de energia elétrica que faziam o fornecimento de serviços públicos locais e empresas de energia para determinados fins fabris, que eram locais e independentes.

Nesse primeiro momento as unidades de produção de hidrelétricas possuíam uma única função, prover uma indústria, oficina, mina ou cidade e utilizavam a queda de alguma cachoeira próxima ao utilizador final. A maior parte das companhias de desenvolvimento e distribuição de eletricidade eram formadas a partir de fazendeiros, industriais ou negociantes locais ou por empresários que tinham capital para aplicar nos caros projetos, especialmente provenientes da exploração cafeeira.

Como exemplo próximo à nossa realidade temos a usina de Angiquinho, primeira usina erguida no Nordeste em 1913 pelo reconhecido empresário nordestino Delmiro Gouveia³. A modesta usina hidrelétrica foi edificada com o aproveitamento natural da cachoeira de Paulo Afonso, sertão da Bahia, com o intuito de conceder energia a uma grande indústria têxtil, a Companhia Agro Fabril Mercantil localizada na Vila da Pedra (hoje, cidade de Delmiro Gouveia).

Para além dos comerciantes e empresários, o potencial natural e geográfico do Brasil propenso para a construção de hidrelétricas despertou interesse de pequenas firmas estrangeiras privadas. O grupo Light⁴ chegou ao Brasil, primeiro em São Paulo, em 1899, e depois no Rio de Janeiro, em 1905, impulsionando os motores para os grandes projetos de construção de hidrelétricas. O grupo Light conquistou de forma fácil e rápida, as empresas nacionais, provocando um intenso

3 Comerciante e grande exportador de couro e peles em Pernambuco, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, foi o responsável pela construção da pequena usina de Angiquinho na margem alagoana da cachoeira de Paulo Afonso-BA. A concessão para o aproveitamento hidrelétrico foi outorgada pelo governo alagoano em 1911 e o projeto foi levado adiante com o apoio de sócios estrangeiros. A usina de Angiquinho, que atualmente se encontra desativada, fica a poucos quilômetros de Paulo Afonso, na Bahia(AZEVEDO, 2008).

4 A Brazilian Traction, Light and Power Company ("Light"), formada por empreendedores canadenses em 1899, operou por 80 anos praticamente toda a infraestrutura (bondes, luz, telefones, gás) do eixo Rio-São Paulo. A empresa passou por vários ciclos políticos, desde sua fundação até sua estatização em 1979. Símbolo maior do capital estrangeiro até os anos 50, foi inicialmente bem recebida no país, posto que seu desenvolvimento era simbiótico, causa e consequência, ao desenvolvimento industrial(JOURDAN,2006).

processo de fusão de empresas de energia elétrica, visando o crescimento do seu mercado.

A Light durante seu período de atuação no Brasil foi responsável pela consolidação de obras significativas, como por exemplo a Usina Edgard de Souza, primeira barragem brasileira de mais de 15m de altura, instalada em 1901 no rio Parnaíba com a finalidade de fornecer energia elétrica à cidade de São Paulo, e a hidrelétrica de Lajes, uma das maiores do mundo que em 1909 tinha uma potência de 24 MW (OLIVEIRA, 2018).

Assim como o grupo Light, chega ao Brasil em 1927 o grupo Amforp⁵, de capital norte-americano. A Light e a Amforp exerceram funções significativas no início da eletrificação do país possibilitando o crescimento da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por meio da aplicação de capital e da introdução de técnicos e tecnologia.

A partir dos anos de 1920, Light e Amforp possuíam absoluta interferência e monopolizaram o setor elétrico brasileiro. A ausência de legislação federal, durante as três primeiras décadas do século XX, teria possibilitado que essas empresas tivessem ampla autonomia em suas concessões, intensa participação dentro dos meios políticos e altos lucros financeiros.

No entanto, toda essa monopolização estrangeira no setor de produção de energia, aos poucos foi gerando desconforto entre políticos e industriais brasileiros. De acordo com Oliveira (2018), esses grupos passaram em diversos momentos a discutir a fixação de preços, as disposições de outorga das concessões e o controle dos lucros das empresas.

Tal incômodo veio a ser acentuado com as transformações desencadeadas pelo Estado a partir da década de 30, que procurava uma reorientação das políticas públicas e tinha por objetivo implementar um eixo vital de indústria de bens de produção.

⁵ A American & Foreign Power Company Inc. foi formada em 1923, como subsidiária de uma holding norte-americana, controlada pela Electric Bond & Share (1905), responsável por concessões de serviços públicos nos EUA. Prestadora de serviços públicos de geração, distribuição de energia elétrica, luz e transporte público –, estavam vinculadas à indústria de equipamentos elétricos General Electric (SAES, SASSE, 2018).

2.2 Período de 1931 a 1945 - presença do Estado

Para compreendermos os motivos que influenciaram a realização de políticas de geração de Energia Hidrelétrica no Brasil e no Nordeste brasileiro, particularmente, da região sub-média do rio São Francisco, é indispensável, primeiramente, compreender as principais formas de atuação do Estado na economia nacional. É importante entender a atuação deste agente nas mudanças pelas quais passou o país, a partir dos anos de 1930, quando se inicia os esforços de que o eixo dinâmico da economia deixasse de ser o setor primário exportador para ser o setor urbano-industrial. Segundo Azevedo:

O Estado, a partir de 30, assumiu a implantação de empreendimentos de infraestrutura (siderurgia e eletrificação), conseguiu ampliar os sistemas de transportes e comunicação; direcionou os investimentos para a esfera privada; regulamentou os salários, intermediou, conciliou e foi árbitro dos interesses de classe e conflitos entre o capital e o trabalho (empresários e operários) e; produziu matérias-primas básicas (ferro e aço e, mais tarde, também petróleo e petroquímica). (AZEVEDO, 2008, p.47)

O desenvolvimento da estatização correspondeu na prática ao Estado, a conquista de espaços na economia brasileira. A formação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941) e da Petrobrás (1953) e dentre outras grandes empresas de potencial elétrico, a começar pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, em 1945, são exemplos.

No campo de produção de energia elétrica, a intensa intervenção do Estado durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), acentua-se no momento que a execução de uma política administrativa centralizadora buscou proporcionar o desenvolvimento industrial.

Depois de alguns anos de debate o Código das Águas regulado em 1934⁶, é essencial no processo de criação de uma base jurídica para o aproveitamento hidrelétrico e do seguinte controle do Estado sobre o setor. O Código das Águas concedeu à União o poder de aprovar ou outorgar o aproveitamento da energia hidráulica, distinguiu a propriedade do solo da propriedade de quedas d'água e deu

⁶ Ver decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Disponível em: <<https://camara.leg.br/Decreto/24643/1934>> Acesso em 20/05/2020, as 19:12 min.

ao Estado a oportunidade de gerir as atividades das empresas do setor por meio da inspeção técnica, contábil e financeira. O Estado oficializou em 1933, incorporado ao Ministério da Agricultura, o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e sua ramificação de Águas, designada para a ampliação da energia hidráulica, permissões, irrigação, e legislação sobre o tema.

No entanto, toda essa avidez do Estado que procurava controlar, e ao mesmo tempo estimular a produtividade de energia elétrica foi acometido por alguns acontecimentos. Nos anos de 1940 uma grave crise energética derivada da urbanização e da industrialização do país intensificou bem mais rápido o consumo do que o próprio potencial de geração de energia, ocasionando dificuldades de abastecimento e racionamento, especialmente nas grandes metrópoles da região sudeste. Além disso, os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial impossibilitaram que o Brasil importasse da Europa equipamentos fundamentais de expansão do sistema. (OLIVEIRA, 2018).

Em razão de tais acontecimentos o Estado foi forçado a tomar determinadas atitudes objetivas. A importante ação foi a reavaliação do Código das Águas em 1940, que possibilitou mais uma vez que as empresas estrangeiras antecedentes ampliassem sua produção no país. O resultado desse cenário para a edificação hidrelétrica foi uma redução geral no levantamento de novas unidades de grande porte nos anos 1930 e 1940, com uma suspensão no período da guerra fria.

Dessa forma, com a finalidade de satisfazer a nova demanda energética que era tamanha na época, a saída identificada pelo Estado e pelas empresas estrangeiras para amenizar o crescimento do consumo, sem criar novas unidades, foi a ampliação da força instalada nas hidrelétricas que se encontravam em operação. A intensificação foi feita através do aumento dos reservatórios pela elevação das estruturas, ao qual podemos exemplificar o caso da usina Fontes, em Ribeirão das Lajes, entre 1940 e 1942 (OLIVEIRA, 2018).

O aumento da crise de energia provocava insatisfações generalizadas. Existia um anseio coletivo de que o país não deveria se submeter às pretensões das empresas privadas de geração de energia. Envolto nesse cenário dramático a União mostrava-se estimulada a desenvolver novos projetos hidrelétricos de grande competência.

Assim, nasceram as primeiras iniciativas do Estado para a geração de energia elétrica, tendo como exemplo a (CEEE) Comissão Estadual de Energia Elétrica, fundada em 1943 pelo governo do Rio Grande do Sul, a (EFE) Empresa Fluminense de Energia Elétrica, aprovada em 1945 no Rio de Janeiro, ou até mesmo as hidroelétricas construídas em (1935-1946), em Minas Gerais através da administração de Benedito Valadares. Nessa conjuntura, em março de 1948, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), vem a ser constituída. Criada para administrar a região Nordeste e especialmente a cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco (AZEVEDO, 2008).

2.3 Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)

O planejamento para a exploração do potencial hidrelétrico do sub-médio São Francisco pelo Estado inicia-se no território de Paulo Afonso. A região foi escolhida por apresentar características naturais como cânions e quedas d'água que facilitaram os investimentos dos projetos. A iniciativa do empreendedor Delmiro Gouveia no início do século XX já demonstrava a potência energética da região.

O plano foi criado pela CHESF e correspondeu ao início de uma nova fase do setor hidrelétrico nacional, pois além de demonstrar a disposição do Estado em voltar-se para as aplicações em grandes obras, também marcou o início da separação entre produtores e distribuidores de energia (AZEVEDO, 2008).

Considerada como uma empresa de economia mista, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) veio a ser constituída pela União em 3 de outubro de 1945 quando o então presidente da República Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei n.º 8.031⁷. A CHESF, constituída como a primeira companhia pública de eletricidade do país surgiu com o propósito de promover o aproveitamento da potencialidade energética da cachoeira de Paulo Afonso, localizada no rio São Francisco entre os estados da Bahia e Alagoas.

⁷ Ver [DECRETO-LEI Nº 8.031, DE 3 DE OUTUBRO DE 1945](#). Disponível em: <[https://del8031 \(planalto.gov.br\)](https://del8031.planalto.gov.br)> Acesso em 21/07/2020, as 17:51min.

Figura 1- Cachoeira de Paulo Afonso, localizada na divisa dos Estados da Bahia e Alagoas



Fonte: Site Lugares Fantásticos.

A empresa foi formada em 15 de março de 1948 em conferência geral no Rio de Janeiro. O governo federal forneceu metade do capital inicial, firmando todas as ações ordinárias. As preferenciais foram subscritas em sua maior parte pelos governos da Bahia, de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo integralizadas com o envolvimento de institutos de previdência federais.

Por meio do Decreto-Lei nº. 19.706, o Ministério da Fazenda outorgou o crédito especial de 200 milhões de Cruzeiros para a subscrição das ações da Companhia e concedeu a autorização à CHESF pelo período de cinquenta anos para desenvolver o aproveitamento da energia hidráulica do Rio São Francisco entre Piranhas (AL) e Juazeiro (BA); fornecer aos concessionários de ocupações públicas e realizar a distribuição direta de eletricidade para grande parte do Nordeste (AZEVEDO, 2008).

Este mesmo decreto demarcou a área inicial de atuação da CHESF em um círculo de 450 quilômetros de raio em volta de Paulo Afonso, compreendendo 347 municípios nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba,

Pernambuco, Sergipe, Alagoas, e Bahia que totalizavam 516.650 quilômetros quadrados. Até os anos de 1975, a matriz da CHESF funcionou no Estado do Rio de Janeiro, sendo depois transferida para a cidade de Recife-PE.

2.4 A usina de Paulo Afonso-BA

Sobre a construção da CHESF, Azevedo afirma que:

A construção da grande usina em pleno sertão nordestino foi marcada por vários desafios. O principal deles foi o desvio do Rio São Francisco no trecho encachoeirado daquela hidrelétrica, dificuldade devida ao grande volume de água que teve que ser contido (AZEVEDO, 2008, p.53).

Vencido esse obstáculo a CHESF continuou as obras e no mês de setembro de 1954, iniciou o enchimento do reservatório. No mesmo ano em outubro, desencadeou a atividade da primeira turbina, e no decorrer de todo o mês de novembro foram submetidas a testes as linhas de transmissão para Recife e Salvador. Em dezembro, entraram em operação as duas primeiras unidades de Paulo Afonso e a eletricidade por elas gerada veio a ser aproveitada. A usina de Paulo Afonso foi oficialmente inaugurada em 15 de janeiro de 1955, pelo presidente João Café Filho.

Figura 2 - Presidente Café Filho inaugura oficialmente a Usina de Paulo Afonso em 15 de janeiro de 1955.



Fonte: Site pa4.

Nos anos subsequentes, de 1956 a 1960, o estado brasileiro passou a ser governado por Juscelino Kubitschek. Durante o seu governo por meio da implementação do seu Plano de Metas, JK proporcionou a expansão da infraestrutura do país com incentivos direto ao processo de industrialização. Com isso se dá o avançada integração físico-territorial do país, a partir da infraestrutura e do surgimento da concorrência inter-regional.

As metas para o desenvolvimento do país são colocadas em exercício, mas preservando as relações de propriedade existentes e os interesses dominantes. Seu governo se caracterizou como um modelo misto, de farta presença estatal na infraestrutura, e sistemático apoio ao investimento privado na produção de bens de consumo duráveis. As amplas metas constituem-se em estabelecer o Brasil-potência e solidificara indústria nacional. De acordo com Azevedo:

JK criou um clima de confiança, fez apelo aos capitais nacional e estrangeiro, deu a estes incentivos especiais e procurou eliminar pontos de estrangulamentos estruturais através de programas de investimentos, principalmente nas áreas de transporte e energia. O estado virava empresário para resolver os pontos de estrangulamento básico ao desenvolvimento (AZEVEDO, 2008, p. 54).

Na esfera de produção hidroelétrica o presidente buscou desenvolver ações que expandissem a capacidade de geração e transmissão de energia. Para que possamos ter uma ideia em 1956 a potência instalada de energia hidráulica era de 2875 Mw, à medida que em 1960 essa capacidade progrediu para 3642 Mw (AZEVEDO, 2008).

Em Paulo Afonso, a CHESF continuou com o processo de amplificação de seu parque gerador com a edificação da segunda usina, a PA - II, sendo que seu primeiro gerador começou a operar em 1962 com 75 Mw. Entretanto, sua potência total instalada só veio a ser alcançada em 1968, adicionando-se mais 405 Mw.

A CHESF na mesma ocasião também ampliou seu campo de cobertura que em 1964 passou a atender uma área de 700 Km de raio, com centro em Paulo Afonso. Ainda foram atribuídas aquisições para aumento de linhas de alta tensão em prol do transporte de energia a ampla distância, estimulando o surgimento de empresas estaduais de distribuição de Energia.

Nas administrações dos presidentes Jânio Quadros (1961-1961) e João Goulart (1961-1964), o país vivenciou um período turbulento. A instalação de um conflito financeiro e político-institucional de ampla competência, vinculada às tensões da Guerra Fria, no seu auge, fez com que o presidente Jango fosse destituído do poder em 1964 e que se introduzisse o regime militar no país, marcado pelo autoritarismo repressivo e pelo domínio institucional.

No período introdutório da ditadura militar, as empresas ligadas a produção de energia hidroelétrica foram expandidas acentuando o envolvimento do setor público, tanto por modificações de natureza financeira como administrativa. Alguma das providências adotadas foi a legitimação do denominado realismo tarifário, acontecimento que provocou somando-se a outras medidas, no crescimento desse setor. (AZEVEDO, 2008).

Os planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) I e II, constituídos ao longo dos governos militares na década de setenta introduziram os planos regionais e deram rumos às ações governamentais na época. No período de vigência do PND II, durante os anos de 1966 a 1971, a produtividade de energia no Brasil chegou próximo de duplicar, o Estado foi quem desempenhou o papel fundamental nesse aumento, principalmente no segmento de energia hidrelétrica. No período de 1972-1978, essa disposição expansionista do setor energético brasileiro avança chegando à cifra de 91000 mw de capacidade instalada.

Lançado em 1966, o PND II, pretendia progredir no processo de industrialização, principalmente na produção de serviços essenciais. A inquietação com a ampliação da oferta de energia era grande, principalmente, num cenário em que se desejava diminuir a dependência do petróleo substituindo-o por outras fontes geradoras de energia. Nessa conjuntura a edificação de grandes hidrelétricas foi grandemente estimulada.

Assim, o desenvolvimento acelerado da demanda de energia para o Nordeste provocou a necessidade de expansão do projeto hidrelétrico de Paulo Afonso. A construção da Usina PA-III (Paulo Afonso-III) foi iniciada em 1966 e seu funcionamento foi concretizado em 1971, vindo a ser oficialmente inaugurada em fevereiro de 1972.

Até os anos de 1982 a CHESF continuou com a disposição para a expansão da demanda regional de energia e teve sua capacidade quadruplicada, chegando à

cifra de 4200 Mw. O complexo hidrelétrico de Paulo Afonso foi consolidado com a construção de mais duas usinas, PA-IV e Moxotó. Também nesse período, foi inaugurada a Hidrelétrica de Sobradinho, agregando mais 1.050 Mw ao sistema CHESF (AZEVEDO, 2008).

2.5A barragem de Moxotó

Figura 3 - Hidrelétrica de Moxotó (Apolônio Sales) que inundou a área urbana e parte da área Rural do município de Glória na década de 70.



Fonte: SBB engenharia (Segurança básica de barragem).

A edificação da barragem de Moxotó fecha o programa de amplificação do sistema da CHESF na qual se passou a denominar de complexo hidrelétrico de Paulo Afonso. 4km a montante da cachoeira de Paulo Afonso, a barragem de Moxotó permitiu adicionar 440.000kw ao sistema e simultaneamente aumentou a disponibilidade de potência em Paulo Afonso mediante a utilização do novo reservatório com uma acumulação útil de 520 milhões de metros cúbicos, que atenuou os efeitos da vazante na estação seca e exerceu certo controle sobre o nível do canal de fuga (LINS, 1973).

A barragem foi projetada medindo 3.325 m de extensão, com a altura de 30m e provida dum vertedor com o comprimento de 284 m e equipado com 20 comportas de 10 x 8 m e uma capacidade de descarga de 28.000 ma/s. A casa de força, ao pé da barragem, tem quatro grupos de geradores com turbinas de 152.000 IIP sob a queda máxima de 24,5m e um alternador de 120.000 KVA (LINS, 1973, p.115).

Em 1975 se concretizou o enchimento total do reservatório de Moxotó. Tendo como parâmetro uma perspectiva técnica, a hidrelétrica de Moxotó permitiu ampliar a forte demanda do Nordeste com energia hidrelétrica, bem como, objetivou à normalização plurissemanal da vazão do Rio São Francisco no território de Paulo Afonso. Entretanto, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, o enchimento do reservatório da Usina Apolônio Sales trouxe enormes prejuízos para a população local.

A construção da barragem de Moxotó resultou na inundaçãõ de uma ampla área territorial da qual estava inserida a antiga cidade de Glória-BA. Como consequência os moradores, tanto da área urbana como rural, foram forçados a sair rapidamente do seu local de origem para que se pudesse encher o reservatório. O deslocamento dos habitantes da região foi realizado de forma repentina, dolorosa e até mesmo com certa resistência por parte de alguns moradores.

A população local foi intensamente atingida pelo empreendimento. Além dos significativos impactos ambientais e ecológicos, as indenizações por parte da CHESF foram ilusórias e os moradores tiveram seus espaços, suas tradições, hábitos e costumes modificados.

3 OS ASPECTOS REGIONAIS E CULTURAIS DA ANTIGA CIDADE DE GLÓRIA-BA.

A história da formação da antiga cidade de Glória, sertão da Bahia, bem como de várias outras cidades do Nordeste, está diretamente ligada ao rio São Francisco. As especificidades culturais constituídas pelas interações entre o rio e as formas pelas quais as diversas populações se apropriaram dele, devem ser vistas como um quadro social, econômico e político geral, dando sentido à narrativa histórica da região. Sendo indissociável tal relação, o presente capítulo busca apresentar os aspectos regionais, sociais e culturais da antiga cidade de Glória, antes de sua

inundação, levando em consideração toda a sua conexão com o rio São Francisco. Como suporte para a construção deste capítulo em contraste com produções acadêmicas, fotos e relatos dos próprios moradores da região, obra do memorialista Jarbas Carvalho de Oliveira, intitulada *Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois: Recordações da Minha Infância e Juventude* (2007), é utilizada como base principal.

3.1 A formação da antiga cidade de Glória-BA (Velha Glória)⁸

É na dinâmica do Baixo São Francisco que se dá a formação da antiga cidade de Glória. A região era anteriormente habitada pelos índios Mariquitas e Pancararés⁹, dos quais ainda hoje existem remanescentes em aldeamento no município (Brejo, Chico, Serrota, Ponta d'Água, Poço, Caraíba e Cerquinha).

De acordo com Oliveira (2007), colonos chefiados por Garcia D'Ávila foram os responsáveis por missões catequizantes em muitos locais do sertão da Bahia. Os colonizadores foram se estabelecendo em diversas localidades, constituindo famílias, casas dispersas e formando povoados.

O povoamento que recebeu o nome de Curral dos Bois se deu pela procura de pouso de condutores de avultadas boiadas que por ali passavam. Com esses interesses, os vaqueiros dos Ávilas teriam sido os primeiros que colonizaram a região e constituíram o que chamavam de “porto” às margens do rio São Francisco, por ser um dos melhores pontos encontrados para a travessia fluvial com destino a Pernambuco (Oliveira, 2007).

⁸A denominação Velha Glória ou Glória Velha, é popularmente apelidada por moradores da região por fazer referência a antiga cidade de Glória-BA. Com a inundação em 1974, os habitantes foram realocados para uma nova cidade, intitulando-a de Nova Glória.

⁹A comunidade Pancararé tem como origem a região de Curral dos Bois, no município de Glória, a chamada Glória Velha. Os Pancararé desde sua origem vêm sofrendo com a posse de suas terras. Durante todo o tempo, em que foram praticamente esquecidos ou renegados pela sociedade nacional, os Pancararé tiveram suas terras consideradas como devolutas e apropriadas pelos segmentos regionais. Dessa forma, restaram aos indígenas as faixas mais pobres, utilizadas quase unicamente, para o cultivo de roças. Persuadidos, em épocas de penúria, à venda das faixas férteis em troca de pequenas quantidades de mantimentos, os Pancararé assistiram à redução sistemática de suas melhores terras e de seu território tradicional. Que, segundo os indígenas mais idosos, estendia-se de Curral dos Bois até as margens do rio Vaza Barris, cruzando todo o Raso da Catarina. Devido a essa escassez de terras, muitos indígenas transformam-se em meeiros, vaqueiros, trabalhadores alugados ou por empreitada, como alternativa para a complementação de sua renda familiar.

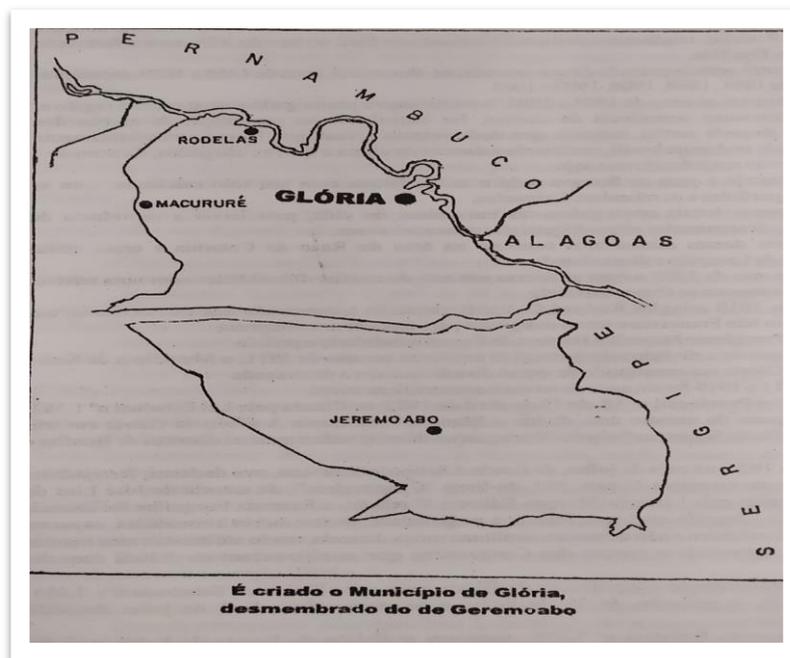
Disponível em: <<https://indiospancarare.blogspot.com/>> Acesso em 25/05/2020, as 20h:34min.

Em virtude da constante passagem de rebanhos pelos povoados existentes nas margens do rio São Francisco, foram instalados novos estabelecimentos comerciais para atender a demanda sobre gêneros de primeiras necessidades, como alimentos e outros artigos. Esse, segundo Oliveira (2007), teria sido um fator decisivo para o desenvolvimento da região do Curral dos Bois que crescia lenta, porém progressivamente.

O povoamento que recebeu o nome de Curral dos Bois, com a influência da chegada de missionários católicos, em decorrência das políticas catequizantes da coroa portuguesa, passou a ser chamado de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, pela Lei Provincial nº 160, de 08 de abril de 1842. O vilarejo se encontrava inserido dentro da área territorial do município de Jeremoabo, e em 13 de maio de 1846, a divisão territorial é alterada e a freguesia é renomeada para a Freguesia de Santo Antônio da Glória (OLIVEIRA, 2007).

Em virtude do desenvolvimento econômico e social, em 1º maio de 1886 por meio da Lei Provincial nº 2.553, Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois deixa de ser povoado e torna-se o município de Santo Antônio da Glória com sede na Vila de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, sendo desmembrada do território do município de Jeremoabo. O novomunicípio ficou com uma área de 7.882 quilômetros quadrados, e reconhecido na época, entre os vinte maiores municípios do estado da Bahia (OLIVEIRA, 2007).

Figura 4 - O Município de Santo Antônio da Glória é desmembrado de Jeremoabo.



Fonte: Reprodução do Livro: "Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois- Recordações da minha infância e juventude." P. 63.

3.20 município de Santo Antônio da Glória

Em 19 de abril de 1922 a Lei Provincial n°18 divide o município de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois em três distritos ficando a Vila de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois o distrito sede e mais os distritos de Bonfim e Rodelas(OLIVEIRA, 2007).

Sobre a distribuição geográfica do município, baseada na lei anteriormente citada, Oliveira escreve que:

O parágrafo primeiro da citada lei, afirmava que o atual primeiro distrito teria a sede na Vila de Santo Antônio da Glória, limitado a partir da Tapera de Boa Esperança, seguindo a rumo às fazendas Salgado do Melão e Icó. Dali à fazenda Várzea rumo certo às fazendas São José e Pará e desta a Xingó, até a sua foz, e daí subindo o Rio São Francisco até a mesma Tapera de Boa Esperança (OLIVEIRA, 2007, p.73).

A cidade de Santo Antônio da Glória era pequena e formada por duas ruas principais e alguns poucos logradouros secundários, num total de sete vias

públicassem nenhuma pavimentação.No ano de 1950a área urbana da cidade contava com 250 prédios, sendo 11 deles estabelecimentos comerciais.

Figura-5 Alguns prédios comerciais da antiga cidade



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

A localidade estava situada em um platô cercado por serrotes, o que de acordo comOliveira (2007,p.83): “Ihe dava uma certa proteção contra possíveis ataques, assim como, ficava livre das enchentes, quando elas aconteciam no Rio São Francisco.”

Oliveira (2007) nos relata também que a cidade era localizada em uma altitude de 247.002 metros acima do nível do mar e tinha como referência uma chapa cravada na calçada do fórum local pelo Conselho Nacional de Geografia. Descreve ainda que a cidade sofria periodicamente com a calamidade das secas dramáticas que assolavam o sertão. Mas que as consequências eram amenizadas pela aproximação com o rio que ajudava a mitigar as agruras daquelas ocorrências.

Figura-6 Rua Nova e pátio da feira da antiga cidade.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Conforme Oliveira (2007), da margem do rio até a localização da cidade era necessário enfrentar uma subida por uma rampa um pouco inclinada em cerca de duzentos metros. Na metade da ladeira, era possível ter acesso a estreita e transversal estrada de rodagem que levava ao porto das balsas.

Quem chegava à cidade, vindo das margens do Rio São Francisco, após subir a rampa, entrava por uma rua de casas humildes, existentes só do lado direito da subida e que ficavam com suas fachadas dando para os fundos das casas residenciais da rua do comércio local. As casas da cidade de Glória possuíam, na maioria, platibandas escondendo seus telhados e embelezando com seus diversos formatos, as fachadas (OLIVEIRA, 2007, p.73)

Figura 7- Fórum da cidade e algumas casas residências



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Ainda de acordo com Oliveira(2007), a denominação simplificada do nome do município de Santo Antônio da Glória para Glória veio pelos Decretos Estaduais nº 7.445, nº 7.478 e nº 7.479, o primeiro de 23 de junho e os outros dois de 8 de julho de 1931, respectivamente. Glória torna-se oficialmente cidade pelo Decreto Estadual nº 10.724 de 30 de março de 1938.

Até os anos de 1948 a antiga cidade de Glória representava o único polo de desenvolvimento econômico e social da região ao qual estava inserida. Nesse sentido, a antiga cidade serviu como mecanismo para a subsistência de centenas de pessoas que encontravam na localidade subsídios que garantiam sua sobrevivência.

Porém, como nos relata Oliveira,(2007), o desenvolvimento da cidade de Paulo Afonso-BA, nos anos de 1948, trouxe influências negativas para a cidade de Glória. O primeiro ponto foi a modificação da estrada que atravessava o centro da cidade de Glória demandando o Porto das Balsas, onde era efetuada a travessia de pessoas e de muitas mercadorias pelo Rio São Francisco.

Figura 8 - Travessia de mercadorias para a feira da antiga cidade.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva

Todo o tráfego rodoviário na época que demandava os estados do Norte e do Nordeste do Brasil obrigatoriamente passava por Glória, com a travessia do rio São Francisco no Porto das Balsas. Com o surgimento de Paulo Afonso-BA foi aberto um desvio e a estrada de rodagem passou a seguir quase por fora da Cidade de Glória. Dessa maneira, Oliveiradestaca as consequências de tal mudança:

Essa modificação trouxe reflexos negativos para a economia local, pois muitos caminhoneiros que, aproveitando a oportunidade, paravam na Cidade e gastava ali algum dinheiro com merendas, compras variadas ou refeições, com a alteração do traçado rodoviário não mais faziam isso, seguindo por fora da Cidade, até chegarem ao Porto das Balsas(OLIVEIRA, 2007, p.93).

Outro acontecimento que trouxe consequências para a antiga Cidade de Glória, foi à construção da Ponte D. Pedro II. Com a implantação da ponte, a cidade perdeu o fluxo de viajantes e de mercadorias, pois não era mais necessária a utilização das balsas para a efetuação da passagem para a outra margem do rio.

Assim, a cidade de Glória que sempre apresentou um crescimento significativo foi atingida quase que mortalmente pela implantação da travessia do rio em Paulo Afonso-BA, sofrendo sobremodo com esse novo acontecimento que provocou uma acentuada queda no comércio local e na arrecadação municipal(OLIVEIRA, 2007).

4 O FIM DA ANTIGA CIDADE DE GLÓRIA-BA.

Para descrevermos o processo que levou ao fim a antiga cidade de Glória-BA em 1974, buscamos neste capítulo entrelaçar as narrativas feitas por Jarbas de Carvalho em sua obra e as entrevistas realizadas com algumas moradoras da antiga cidade. A fim de perceber como esses habitantes lidaram com o processo de inundação e realocação, identificar a atuação do Estado em relação às famílias que moravam na região e entender a importância que a antiga cidade tem em suas histórias de vida.

Por se tratar de uma pesquisa que buscou analisar as narrativas de acontecimentos passados através da História Oral, foi indispensável trazeremos à discussão os conceitos de memória, o afloramento da memória e a memória nacional. Recorremos as produções de Thompson (1992), Le Goff (1996), Delgado (2010), Dantas (2012), Halbwachs (2004) e Pollak (1989), como finalidade de aprofundarmos a compreensão da temática da memória.

Assim, as linhas seguintes deste capítulo introduzem a definição da História Oral como metodologia desta pesquisa e os conceitos expostos acima. Por último, por meio das descrições feitas por Oliveira (2007), em sua obra, juntamente com os relatos das entrevistas realizadas e de alguns estudos que discutem os impactos da construção de usinas hidroelétricas no Brasil, citados na introdução do trabalho, foi possível compreendermos os impactos da inundação da antiga cidade de Glória em 1974 na vida dos antigos moradores.

4.1 História Oral

Foi através da metodologia da História Oral que entrevistamos três moradoras da antiga cidade de Glória-BA. A senhora Antônia Julieta Farias Campos e Silva de 63 anos, Jildete Demóstenes de Almeida Santos de 69 anos e a senhora Joilda Demóstenes de Almeida de 80 anos. Mulheres comuns, nascidas e criadas na antiga cidade e que vivenciaram o processo de inundação que levou ao fim o município em 1974.

Recorremos a produção de José Carlos Sebe B. Meihye Fabiola Holanda, *História Oral: como fazer como pensar* (2011), como manual para o

direcionamento na construção das entrevistas e na utilização das mesmas como fontes de pesquisa histórica. Por meio de um roteiro de perguntas pré-definidas, utilizamos o telefone celular como aparelho de gravador eletrônico e após a realização das entrevistas transcrevemos todos os relatos, formando um acervo para a análise que completou as bases para alcançar o objetivo desta pesquisa. Após a coleta dos dados, as entrevistadas assinaram um termo de consentimento livre autorizando a utilização dos relatos na produção do trabalho acadêmico.

Surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita, a História Oral como metodologia de pesquisa emerge das transformações da Nova História Cultural que possibilitou a historiadores a utilização de novas fontes de pesquisa visando o estudo mais dinâmico e amplo de acontecimentos históricos. No campo de investigação, alguns já a classificaram como método, técnica e teoria. No entanto, existe no meio acadêmico uma concordância em classificar a mesma como uma metodologia de pesquisa.

Para Delgado,

a História Oral enquanto conceito de pesquisa, busca pela construção de fontes e documentos, registrar por meio de relatos induzidos e estimulados, testemunhos, versões e explicações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. É um procedimento premeditado de produção de conhecimento, que envolve o entrevistador, o entrevistado e o aparelho de gravação. Proporcionando a análise de narrativas de pessoas reais que compartilham em sua memória algo comum (DELGADO, 2010, p.16).

Como descreve Delgado (2010), a História Oral concentra-se na realização de entrevistas registradas com indivíduos que vivenciaram ou observaram episódios e eventualidades no tempo passado ou no tempo presente. Por meio desta metodologia, é possível perpetuar impressões, vivências e lembranças de pessoas que se dispõem a partilhar suas memórias com a sociedade.

Por consequência, temos a possibilidade de conhecermos situações que foram vivenciadas numa configuração mais dinâmica e colorida e que sem a utilização da História Oral não conheceríamos, contribuindo assim para a construção da consciência histórica individual e coletiva. Ferreira (2012) reforça essa descrição ao afirmar que:

(...) o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como serem entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas(...) (FERREIRA, 2012, p.171).

A História Oral se impôs como primordial para compreensão e estudo dos impactos do fim da antiga cidade de Glória na vida dos moradores locais. Pois, só através dela foi possível conhecer as crenças, os sonhos, os anseios, e as lembranças do passado desses indivíduos anônimos, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram o acontecimento de 1974 e carregam em suas memórias as recordações de um passado que modificou suas trajetórias de vida.

O intuito de trabalhar com os depoimentos dessas moradoras não foi de produzir uma história totalizante, nem tão pouco provar uma verdade absoluta. Mas sim, o de dar espaço as mesmas para que pudessemos compreender os principais impactos da inundação da antiga cidade na vida e no cotidiano de cada entrevistada.

Apesar das possibilidades descritas ao utilizarmos a História Oral, entendemos que existem alguns questionamentos em relação ao uso desses mesmos relatos na produção do conhecimento histórico. Questionamentos estes voltados para a credibilidade da fonte, pois diversos críticos argumentam que os testemunhos orais são fontes tendenciosas, pois estão relacionados à memória individual de cada sujeito e que em algumas situações podem ser falíveis ou fantasiosas.

Entretanto, um dos maiores especialistas em História Oral, o Historiador e sociólogo Paul Thompson justifica na sua obra *A voz do passado* (1992), que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Quaisquer tipos de fontes podem ser ambíguas, insuficientes e ao mesmo tempo serem suscetíveis a manipulação.

No entanto, mesmo diante da tendenciosidade a qual a fonte oral está submetida, em seu livro *A voz do passado* (1992), Thompson defendeu o uso da história oral como metodologia ao assegurar que “a evidência oral pode conseguir

algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos.”(THOMPSON, 1992, p.137)

Outro questionamento referente a utilização da fonte oral é a percepção de que ela só pode ser utilizada em pesquisas sobre temas atuais. Mas segundo Delgado (2010), essa ponderação apenas se justifica enquanto não constituímos arquivos especializados em fontes orais, os quais conservarão as filmagens, fitas, e transcrições das testemunhas. A salvaguarda desses arquivos possibilitará a historiadores no futuro ter acesso a dados recolhidos para estudos de tempos passados e não necessariamente do presente.

Delgado assegura que:

(...) Ao se gravar um depoimento de história de vida ou mesmo uma entrevista temática, o pesquisador está de forma deliberada, inscrevendo-se no processo de registro do passado e de produção do conhecimento sobre ele. Ao registrar no tempo presente as memórias do tempo que passou, o historiador e os demais profissionais vinculados a pesquisa que utilizam a metodologia de história oral fazem dos testemunhos recolhidos fontes de imortalidade – documento-monumento, sob a forma de vozes e de textos, que ficarão arquivadas como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência (DELGADO, 2010, p. 62).

Dessa forma, o historiador da oralidade cria a própria fonte, pois a entrevista precisa ser extraída da testemunha e somente se torna fonte após a transcrição. Em vista disto, podemos perceber que a história oral é um procedimento interligado a uma metodologia que favorece a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que vivenciaram processos históricos ou testemunharam acontecimentos no campo da vida privada ou coletiva. Como método e prática no campo da compreensão histórica, a História Oral reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos devem ser ouvidas e que as particularidades de cada sociedade devem ser conhecidas e considerada

4.2 Memória

Como a história oral centra-se na memória humana como capacidade central para se recordar o passado enquanto testemunha do vivido, é a memória ativa o

instrumento fundamental para a difusão de acontecimentos perpetuados ao longo de diferentes temporalidades. Thompson, afirma que:

(...) a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

É por meio da memória que se atualiza o tempo passado tornando o tempo vivo e cheio de significados do presente. Ao ser utilizada como forma de conhecimento e experiências, é um caminho possível para que sujeitos percorram o tempo de suas vidas.

A sua importância na História, trata-se justamente de lembrar a sociedade aquilo que ocorreu no passado, buscando manter essa trajetória acessível para eventuais consultas. A memória, busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, alimentando a história e servindo para a libertação dos homens (LE GOFF, 1996).

Desse modo, podemos compreender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, mas nunca em sua totalidade e sim parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Delgado diz que:

Os acontecimentos da vida em comunidade, e mesmo das experiências mais solitárias da vida humana, são sinais exteriores, são estímulos para o afloramento das lembranças, que constituem o estofo do tempo da memória: individual, local, comunitária, regional, nacional ou mesmo internacional (DELGADO, 2010, p.40).

Esses estímulos podem ser aflorados através de uma palavra, de um sentimento, de um livro. Ao ouvir o nome da sua cidade natal, por exemplo, o indivíduo consegue recuperar lembranças de como era a vida naquele local em detrimento com o atual (DANTAS, 2012).

E mesmo se tratando de eventos que ocorreram em épocas passadas, como o caso do objeto em pesquisa, Pollak (1992, p.02) assegura que, "(...) podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou

um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”.

Portanto, partindo dessas descrições, entendemos que quando discorrermos sobre o acontecimento de 1974 com as moradoras entrevistadas da antiga cidade de Glória, provocamos um estímulo para que elas rememorassem a dinâmica de vida naquele período. E assim, foi possível compreendermos as crenças, os costumes, os meios de subsistência na época, o elo afetivo que a antiga cidade tem em suas memórias e as consequências do fim da cidade em suas vidas.

Embora a memória seja um atributo individual que cada um carrega consigo, é necessário compreendermos que a construção da memória de um indivíduo está intimamente ligada ao seu contexto social, ao grupo que ele faz parte.

Dessa maneira, as lembranças de um determinado sujeito, sempre estará atrelada ao contexto familiar ou social que o mesmo esteja inserido. De modo que suas lembranças são transpassadas por influências coletivas, moralizantes ou não. De acordo com Maurice Halbwachs (2004, p.85), “toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.

Ao falarmos sobre o conceito de memória coletiva, encontramos na memória nacional a maior expressão dessa temática. A memória nacional, configura-se como a representatividade dos acontecimentos em sociedade, aquilo que é passado por gerações e que acaba determinando a história de um povo, de uma nação.

Essa memória nacional segundo Pollak (1989), é objeto de grandes disputas no que se refere as quais acontecimentos merecem ser gravados ou não na memória de um povo. Geralmente a determinação é feita pela sociedade civil com a ideologia oficial de um partido ou do Estado que pretende a dominação hegemônica.

À vista disso, podemos identificar essa dominação do Estado na memória nacional construída em torno dos empreendimentos energéticos, que sempre foram associados como meio de progresso e modernização e apresentados à população como indispensáveis ao desenvolvimento da nação. Mesmo sendo esses empreendimentos responsáveis por retirarem da população atingida algo substancial de suas vidas como o território, os meios de produção e trabalho, a comunidade, a cultura e as relações sociais.

Dessa maneira, a memória coletiva na sociedade como mecanismo de construção do conhecimento histórico, a depender do modo que esta seja trabalhada, pode sofrer carências e alterações relevantes. Muitas vezes levando o silenciamento de memórias dos menos favorecidos. No entanto, esse silenciamento não significa esquecimento. Assim, Pollak concluiu que:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.03).

Sendo assim, a memória coletiva dos moradores da antiga cidade de Glória, é utilizada a seguir como instrumento de conhecimento a fim de trazer versões que vão além dos discursos oficiais em torno dos grandes empreendimentos energéticos no Brasil, em destaque os que rodearam as obras desenvolvidas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

4.3 Relatos dos antigos moradores sobre o fim da cidade de Glória-BA.

Entre os anos de 1967 e 1971 a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a CHESF, apresenta a administração municipal da antiga cidade de Glória informações sobre o projeto de construção da barragem de Moxotó. A edificação da barragem faria as águas represadas do rio São Francisco inundar uma grande área que incluía a antiga cidade sede do município (Oliveira, 2007).

Diante da repercussão do acontecimento que chegou aos ouvidos dos moradores na época, perguntamos as entrevistadas qual sentimento foi perpetuado ao terem conhecimento da notícia que sua cidade de origem seria inundada para dar lugar a uma usina hidroelétrica. Da entrevistada Joilda, obtivemos a seguinte resposta:

Joilda: Foi muito triste né? Essa notícia. Até hoje quando a gente fala se emociona. (Nesse momento a entrevistada enche os olhos de lágrimas e chora). A gente não esperava né? Achava até que era uma conversa assim, que não ia acontecer, né? Que, foi muito triste. Principalmente para a minha mãe, que na época já era de idade, e ela teve que... sair foi para Salvador com os filhos, as filhas, para não assistir assim a mudança. Agora, eu como a filha mais velha, tive que enfrentar essa mudança, né? E aceitar né? Por

que não tinha jeito. Era pra... Para o progresso, né? Foi muito triste. Para mim e para toda a minha família e toda comunidade, né? (...) (ALMEIDA, 2019).

A entrevistada Jildete relatou o seguinte sentimento:

Jildete:É... Muita tristeza, de ter que sair da nossa cidade, da cidade onde a gente nasce, né? Aí foi triste, mas a gente entendeu que era para o progresso, né? O progresso, né? para fornecer mais energia para outros Estados, e aí a gente teve que se conformar. Mas aí, a tristeza foi grande. (SANTOS, 2019).

Já a moradora dona Antônia Julietanos diz que o sentimento era de incredulidade:

Antônia: A gente não acreditava. (risos). Quando começou a ver o pessoal chegar, o pessoal da CHESF, as casas serem indenizadas, que muitas foram indenizadas né? E as outras a gente deixou para receber aqui as casas. Aí foi quando a gente começou a acreditar. Mas foi assim, uma perda irreparável, né? A gente ficou muito triste, todo mundo era o que comentava na Glória velha, a gente queria **guardar tudo para trazer de lembranças**, foi um pesar para todo mundo. (SILVA, 2019, grifo nosso).

De acordo com os relatos das entrevistadas, podemos observar que a inundação da antiga cidade trouxe marcas traumatizantes ao longo de suas histórias de vida. A emoção estampada pelas entrevistadas juntamente com seus relatos, elucidando os efeitos do estado de estresse pós-traumático constituindo uma resposta retardada a uma ocorrência ou episódio estressante de pequena ou extensa duração, e de natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica.

Essa consequência reforça um dos problemas recorrentes no planejamento dos empreendimentos energéticos pela CHESF e por outras empresas do ramo no Brasil, que é a negligência no prognóstico dos impactos indiretos aos atingidos em futuro distante (Queiroz e Motta-Veiga 2012).

Além disso, podemos identificar nas narrativas das entrevistadas a ação incisiva e habitual do Estado com o discurso oficial de progresso e esperança vendidos às populações atingidas, mas que na verdade trouxeram apenas benefícios a uma pequena parcela da sociedade e aos interesses privados.

Na mesma ocasião do anúncio da inundação da cidade, a CHESF também apresentou a intenção da construção de uma nova cidade, a qual substituiria a cidade de Glória. Segundo Jarbas Oliveira (2007), nos anos de 1971 a 1973, quando

o município era administrado pelo prefeito José Alcântara a ideia inicial proposta pela CHESF era de construir a nova cidade em Brejo do Burgo, uma localidade habitada pelos índios Pancararés.

Entretanto, é na administração do prefeito Idalício Farias Silva, que exerceu mandato entre os anos de 1973 e 1975, que foi decidido o local de construção da nova cidade. Ficou definida a construção da Nova Glória apenas a 12 quilômetros da cidade de Paulo Afonso-Ba, terreno doado pelo Governo do Estado. O terreno seria distribuído de forma tal que 330 hectares comporiam a área urbana e os restantes 2.670 hectares, iriam ser selecionados para doações aos moradores da antiga Glória que perdessem suas roças e que requeressem(Oliveira, 2007).

Contudo como descreve Oliveira (2007),a vontade da população não foi consultada, muito menos atendida. Pois grande parte dos moradores demonstrou interesse em transferir-se para o Alto da Quixaba, povoamento próximo a antiga cidade.A entrevistada Antônia Julieta Farias Campos e Silva descreve esse descontentamento ao ser perguntada se o local escolhido para ser a sede da nova cidade tinha agradado:

Eu só gostei porque ficou perto de Paulo Afonso. Mas já teve a desvantagem porque Glória morreu. A gente não tem quase vida própria, tudo a gente faz em Paulo Afonso, a gente depende muito de Paulo Afonso. Eu gostei porque era próximo, por isso. Mas eu acho que se tivesse sido na Quixaba seria bem melhor. Por causa de roça mesmo, aqui ainda teve muita gente que ainda ganhou terreno, mas muitos já tinham. Marí que pertencia ali a Quixaba, né, bem pertinho da Quixaba. Então muitos já tinham roça lá, é tanto que papai não queria, de jeito nenhum. Ainda morou um bom tempo, 17 anos ele ficou ainda na Quixaba sem querer vim. Ele também tinha comercio, e pra ele teria sido melhor lá, né? Pensaram em também colocar ali onde hoje é a ADABE, sabe, ali no rio fundo? Ali também tinha sido bom, tinha Petrolândia próximo, né? Mas ficava mais distante de Paulo Afonso (...) (SILVA, 2019).

Da mesma maneira Joilda Demóstenes de Almeida, relata se o local escolhido para ser a nova sede da cidade de Glória a agradou:

Agradou, porque nós não tínhamos outra... (risos) outra, outro jeito, né? No início a gente... (Pausa)... Não acostumava, né? Mas aos poucos a gente... **A gente não esquece, mas, tem que acostumar.** Que não pode, a gente não pode, mas sair né, (risos). Daqui? Foi bom assim, por que... Pelo menos... Foi e não foi, perto de Paulo Afonso, né? Fica, ficou uma cidade assim, sem, sem movimento, sem comercio, a feira era muito pequenininha, depois acabou a feira. A que nós tínhamos lá na velha Glória era uma feira boa, era grande. Tinha movimento. Mas a feira aqui, (risos) ave Maria, era um fracasso né? Acabou e depois agora voltou novamente, mas é uma

coisinha bem pequena. Tudo depende de Paulo Afonso. É bom assim, por que é perto, mas, (risos) tudo depende de lá. Porque, acho que se fosse em um lugar mais distante, podia, poderia até ter né, uma vida melhor, um comercio, um... O que nós temos aqui agora só é essa orla aí da beira rio né, que melhorou um pouco a cidade. Mas era uma cidade... Meio morta (risos) (ALMEIDA, 2019, grifo nosso).

Figura 9 - Feira Livre da antiga cidade de Glória.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Na opinião de JildeteDemóstenes de Almeida Santosa entrevistada relata que o novo local escolhido a agradou:

Agradou! Principalmente por que é próximo de Paulo Afonso, né? Era, foi melhor aqui do que ter sido bem mais distante. Por que Glória velha, já era distante de Paulo Afonso, né? E, se fosse construída, né, já pertinho da cidade ficava, né... A localização, para mim foi boa (SANTOS,2019).

Mas ao mesmo tempo, Jildetenos diz que que por ter ficado muito próximo da cidade de Paulo Afonso-BA, trouxe consequências para o desenvolvimento da nova cidade:

É, até hoje, né? Glória, é, é... O ruim ficou assim, porque, sendo próximo de Paulo Afonso, não tem as coisas, né? Não tem tudo que devia ter. O pessoal depende muito de Paulo Afonso. Pela proximidade, eu acho que também foi prejudicada aqui (SANTOS, 2019).

Posteriormente, o prefeito da época Idalício Faria da Silva, em nota publicada nos jornais de Salvador, sobre o novo local escolhido como sede da cidade, reconheceu segundo suas palavras ter sido ludibriado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). (Oliveira, 2007).

Mais uma vez podemos perceber a ação invasiva e opressora do Estado nas políticas de apoio aos moradores atingidos da antiga cidade de Glória. Como observarmos, o local escolhido para ser a sede da nova cidade não agradou a todos. Muitos moradores desejavam que o novo local fosse próximo da antiga cidade inundada, devido ao comércio, roças e até mesmo o elo afetivo com a região local.

De acordo com Buttimer (1982), a identidade cultural de cada indivíduo está intimamente ligada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas possibilitam ao indivíduo dispor de redes de interações baseadas na localidade. Portanto, com a realocação e a modificação do espaço os moradores da antiga cidade tiveram a sua identidade cultural modificada.

A CHESF não levou em conta os prejuízos à cultura, às relações sociais, nem ao menos os impactos nas atividades de subsistência, sobretudo aos moradores da antiga cidade que eram intimamente ligados à vida ribeirinha com base na agricultura, caça, pesca e extração vegetal. Sem os devidos mecanismos de apoio do Estado a comunidade atingida de Glória teve que arcar sozinha com os prejuízos, enquanto uma pequena parcela da sociedade usufruiu dos benefícios da obra.

A barragem de Moxotó que estava prevista para ser concluída em 1975, foi concretizada em 30 de julho de 1974, cerca de seis meses antes da data prevista. Desse modo, a demolição das casas e a realocação dos moradores tiveram que ser adiantadas.

Sobre esse momento Jarbas Oliveira enfatiza que:

Por todos os cantos da Velha Glória encontravam-se pilhas de tijolos e de telhas das paredes que vieram abaixo, dos esteios, das linhas e outras madeiras dos telhados desmontados. (...) Algumas pessoas que já haviam transferido para a nova cidade, chegavam à velha e destruída cidade, montando em cavalos, em bicicletas ou a pé e, por lá, por entre os escombros, transitavam com seus corações apertados, vendo à

impressionante solidão que ia, aos poucos tomando conta de tudo (OLIVEIRA, 2007,p.95).

A entrevistada dona Antônia Julietadescrevea realocação como uma sensação horrível, chegando a comparar como a dor da perda de um ente querido:

Aí foi uma tristeza, né? Cada um ia saindo, teve o período de sair, então quem já estava com as coisinhas já arrumadas, vinham. Muitos relutaram, tanto que teve duas famílias que foi seu Lelé Parreira e seu Antônio Florêncio que não quiseram sair. Foi preciso até a intervenção, acho que foi do exército. Porque, pra eles saírem, que a água já vinha e eles não acreditavam. Foram as duas últimas famílias a saírem de Glória. A gente saiu... A mudança foi feita no dia 06 de janeiro, Festa de Reis. Em Glória tinha essa festa. Aí os santos vieram todos para aqui, vieram em procissão. Mas a gente da nossa família saiu dia 17 de janeiro. Mas eu acho que esse pessoal saiu em abril. Essas duas famílias né? Que não queriam sair de jeito nenhum, não acreditavam. **Mas foi muito triste, eram os caminhões saindo e a gente chorando, os caminhões com as mudanças, tanto que a gente tem até foto chorando perto do caminhão. Foi horrível, era como se a gente estivesse perdido uma pessoa da família** (SILVA, 2019, grifo nosso).

Figura 10-Algreja de Santo Antônio da antiga cidade de Glória.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

A entrevistada Joilda Demóstenes de Almeida também descreve o processo de mudança demonstrando a sua tristeza:

O processo... (risos), foi... É triste, né? Porque... na época, muita gente assim, aquele pessoal mais antigos que não entendiam nada, né? não queria sair. Revoltaram-se, teve gente que ficou, só saiu quando viu que a água já estava entrando, sabe? E foi, foi muito triste assim, essa mudança, né? essa transferência. Aqueles carros vinham pegar as famílias, nós mesmos fomos, fomos umas das famílias que saímos por último. Foi por último assim, foi umas das últimas, não fomos à das primeiras... Então, minha mãe viajou para Salvador, e eu fiquei com meus irmãos aqui. Porque a família é grande, né? somos, éramos treze irmãos. Mas moravam uns em Salvador e outras, outros aqui. Aí nós fizemos a mudança, mas foi... Foi triste, né? Essa transferência, mudança né... (ALMEIDA, 2019).

Assim também, Jildete Demóstenes de Almeida Santos, fala sobre o processo de mudança para a nova cidade:

O processo de mudança, nós, é... Muitas pessoas aceitavam, e outras não, né? Teve pessoas que permaneceram lá, foram tiradas assim, né... De última hora. Mas a maioria, muitas pessoas vieram antes do que era para vim mesmo. Já para irem se acostumando e outras pessoas já vieram assim no último dia, e... **As pessoas vieram, né? Sem querer, mas tiveram que vim.** Foi assim, um dia assim, muito triste para todo mundo. (SANTOS, 2019, grifo nosso).

Figura 11 - A direita, vemos a moradora mais velha da cidade antes da inundação. (106 anos)



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Podemos identificar através dos relatos mais uma consequência da modificação espacial e social decorrentes da inundação da cidade de Glória em 1974. As resistências descritas por alguns moradores demonstra retirada

sistemática dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das famílias. Apesar da construção de uma nova cidade, as estruturas de vida e as relações sociais que existiam antes da construção da hidrelétrica não são recuperadas.

Ainda diante das narrativas percebemos a ação extremamente intimidadora e violenta da CHESF que se utilizou da interferência do exército local para que os moradores que relutaram deixassem a cidade. A ação violenta dos responsáveis sobre muitos atingidos que acabam se revoltando é descrita por alguns estudos do Movimento de Atingidos por Barragens como algo recorrente. Muitos movimentos sociais que surgiram no decorrer das edificações de hidroelétricas no Brasil foram violentamente reprimidos e existem casos, inclusive, de desaparecimento e morte de líderes políticos.

A inundação efetiva da cidade de Glória teve início no dia 10 de abril de 1975, e as águas do rio subiram aos poucos inundando parte da cidade. Entretanto, ocorreu um acidente que causou a inundação da casa de máquinas da Barragem e a CHESF teve que adiar o processo para o mês seguinte.

Antônia Julieta, descreve esse acontecimento em sua entrevista:

Teve um probleminha na época que eles inundaram, e logo depois eles tiveram que esvaziar. Eu não sei, foi algum problema que teve. E a gente foi lá. Ave Maria, foi uma tristeza. E quando eles esvaziaram parece que tudo ficou assim junto, n ? Então a casa de mamãe ficou bem pertinho da igreja, a gente até viu o fogão que era de lenha, tirou foto nesse fogão de lenha. ** , Glória era uma cidade assim, que a gente não esquece, n ? Cheia de amor (...)** (SILVA, 2019, grifo nosso).

Figura 12- casamento realizado na antiga Igreja de Santo Antônio.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Retornado o procedimento, as águas represadas da barragem inundaram a antiga cidade cobrindo as plantações, as pedras, as cercas, as casas, além de muitos animais. Jarbas Oliveira (2007), detalha que no dia da inundação uma grande quantidade de pessoas subiu em um monte próximo para assistir o desaparecimento daquilo que representava a história de vida construída por aquelas pessoas até ali:

Um grande número de habitantes de Glória, cerca de 500 pessoas foi para um local no alto de um serrote próximo e todos, de lá de cima, tristonhos e cabisbaixos, alguns derramando lágrimas doridas, apreciavam a água chegar com força, levando tudo de roldão. Até mesmo animais, sepultando a Cidade onde eles moravam até há pouco tempo e de onde saíram forçados e enganados, deixando lá as melhores lembranças de suas vidas. A velha Glória ia aos poucos sucumbindo, afogada pelas águas do Velho Chico que, durante tantos anos, séculos mesmo, proporcionou a umidade necessária para a sobrevivência de seus habitantes. Aquela dor que chegara foi crescendo e inundando as entranhas de todos por inteiro, atingindo, atravessando e dilacerando os corações. Era uma angústia sem precedentes. Estampava-se nos rostos o sofrimento e o sentimento de perda de algo de suma importância na vida de cada um e que nunca mais poderia voltar para eles (OLIVEIRA, 2007, p.97).

Ao serem perguntadas sobre a atuação do Estado e da prefeitura sobre as políticas de apoio aos moradores que viviam na antiga cidade, as entrevistadas descrevem seus descontentamentos. Antônia Julieta diz:

Glória, eu acho que foi a primeira cidade né? A ser inundada aqui na região. Então a gente sofreu mais. Eu acho que não teve muita preocupação não, principalmente dos órgãos né? É porque, Glória, a gente perdeu tudo.

Quem tinha roça, eles só pagaram a cerca. Então, as plantações, nada. Terreno, nada foi pago. Então a gente perdeu demais. Foi horrível, até hoje a gente sonha, a gente deseja em está no nosso cantinho. Que era uma cidadezinha muito pequenininha, mas muito gostosa muito agradável (SILVA,2019).

Jildete Demostenes descreve:

Seio, seio... Eles, assim... Claro que houve uma preocupação né? Uma preocupação muito grande... Em referência a isso, só que... A gente esperava mais. É... A gente tinha uma casa grande, pegou, é... Recebeu uma pequena. Não teve assim, muito... Não foi muito bom para o povo, né? Com certeza não foi. É... O prefeito na época era Idalício, ele se preocupou é, é... Na localização da nova cidade, né? Que é aqui em Glória velha. Mas que a gente... Tanto a CHESF, como o Estado, não... Assim... Não, não foi assim uma coisa boa para o povo, né? Eles se preocuparam mais com o progresso do que com as pessoas (SANTOS, 2019).

Joilda Demostenes relata:

Em uma parte, ajudou, em outra não. Nessa época eu até trabalhava na prefeitura, (risos) Mas... Ajudou, assim um pouco, mas não foi tanto não. Como a gente esperava né? Sabe que os prefeitos, (risos) promete, promete né? Mas depois, falha né? Por sinal, até ele na época, o prefeito na época, ele ajudou assim, por que, o pessoal que tinha roça, meu pai mesmo tinha uma roça. Meu pai já era falecido né? Ele tinha uma... Gostava de plantar, tinha uma rocinha. E essas pessoas, que tinham essas roças, tinham uma casinha na roça, aí foi que o prefeito, na época... Teve reunião com a CHESF, e essas pessoas que tinham roça, assim, essas roças pequenas, ganharam uma casinha, sabe? Aqui no bairro, nos arredores. Uma casinha pequena. Ainda ajudou nessa parte né? Nós mesmos recebemos uma casinha da roça. Porque não teve... Não indenizou na época né, as roças. As casas só foi uma, uma permuta, né? de uma para outra. E a roça, para a gente não perder de tudo, porque eles não indenizaram. A CHESF não indenizou. Mas, com a ajuda do prefeito aí fez esse acordo e as pessoas ganharam quem tinha roça, ganharam uma casinha (ALMEIDA, 2019).

Aqui, observamos mais um ponto da ação insatisfatória da CHESF e do Estado sobre as políticas de apoio aos antigos moradores de Glória. Notamos que a CHESF não enxergou os atingidos como removidos de sua rede de segurança social, cultural, econômica, de suas relações de vizinhança e dos seus espaços que além do físico eram afetivos.

A falta da garantia de uma indenização aceitável e a não inclusão dos indivíduos como agentes ativos nas principais decisões do Estado sobre as compensações dos danos, mostram mais uma vez que o direcionamento e utilização

do Estado na construção dos empreendimentos em torno da região, buscava atender apenas os interesses de pequenos grupos.

As entrevistadas descrevem que a CHESF, apesar de construir uma nova cidade para os moradores, não indenizou as famílias de forma adequada. Afirmando que muito foram os prejuízos decorrentes da inundação. A senhora Joilda Demostenes diz que a casa recebida na nova cidade era totalmente diferente da que sua família possuía:

A nossa casa, por exemplo, essa aqui né, nós tínhamos lá uma casa muito... Era grande né? A família era grande. Recebemos aqui uma casa muito, inferior assim, nossa casa lá tinha cinco quartos, sala, aquelas casas antigas que tinha corredor, separado o banheiro, sanitário, muro, área. Tinha quarto de despejo, era uma casa enorme. E nós recebemos aqui uma casinha com uma sala, que é esses aqui, três quartos e uma cozinha só. E depois antes de um ano, nós tivemos que fazer uma, aumentar a casa. Fizemos mais outro quarto e uma sala, uma cozinha, por que era bem pequenininha. E no outro ano, a gente fez outra reforma. Hoje nós temos uma casa grande, né? Que a família é grande. Mas a CHESF, não (risos) não cobriu, há... Como a gente esperava (ALMEIDA, 2019).

Jildete Demostenes também nos relata a respeito das casas recebidas na nova cidade:

As casas pequenas. É... A indenização era mínima, não tinha essa né... Não davam condições as pessoas indenizarem e fazer uma casa, de acordo com as que tinham lá. A indenização não foi muito boa. O pessoal que tinham roça, muita gente, indenizou, por... Um precinho ilusório mesmo né? Risório mesmo. Não tinha, não foi muito bom não. Para o povo não foi não (SANTOS, 2019).

Como descreveram as moradoras entrevistadas e como já foi observado, a CHESF não indenizou a população local de forma adequada. Apesar da construção de uma nova cidade, a CHESF padronizou as moradias de todos, não levando em conta a quantidade de membros de cada grupo familiar, fazendo com que aquelas famílias que possuíam casas grandes e espaçosas na velha Glória recebessem casas totalmente inferiores.

Essa problemática está relacionada ao fato de que em muitos empreendimentos os responsáveis enxergam o social como um obstáculo a ser removido em curto prazo para cumprir o cronograma de construção civil e de montagem dos equipamentos, ou ainda, como um fenômeno ao qual há dificuldades

para se conseguir soluções rápidas. Assim, quem acaba mais uma vez sendo vítima da injustiça econômica e social são os moradores atingidos. (FILHO, 1988).

A grande maioria das famílias que moravam na antiga cidade de Glória viviam da agricultura. Com a inundação, todas as roças e as plantações foram perdidas. Antônia Julieta descreve sobre essas perdas:

A gente vivia de agricultura, né? Então, as roças geralmente tinham frutas. Tinham tangerinas, é... Laranjas, bananas, coco. Então, e muita gente tinha de graça né? E leite também. A gente ia madrugada, papai chamava a gente para ir para o curral para tomar o leitinho quente da vaca. (risos) Então a gente ficou muito tempo sem isso, porque a gente não tinha terreno. Depois foi que foi ver roça, que foi ajeitar. Então a gente perdeu demais. Muito, muito mesmo. E o nosso surubim, que a gente deixou de ter? Que era um peixe que todo mundo, ave Maria, adorava. E tinha em abundância, e acabou. Não tem mais surubim aqui na nossa região. **Então a gente perdeu muito, muito, muito e muito. Só podemos sentir muitas saudades dessa terra nossa.** (SILVA, 2019, grifo nosso).

Como notamos no relato de dona Antônia Julieta, as roças e as plantações foram perdidas com a inundação e os moradores ficaram por um bom tempo sem produzir e sem colher o seu alimento. A destruição das bases produtivas da comunidade como a agricultura e pesca, muitas vezes, pode ocasionar um extenso estágio de escassez de alimentos que aumenta a fome e as chances de empobrecimento dessas populações.

Mesmo diante da gravidade desses impactos sobre a saúde e a vida dos moradores, a preocupação dos autores na construção das hidroelétricas na região e no Brasil, foram praticamente nulas, não levando em conta o empobrecimento crescente da população local e as rupturas dos diversos laços provocados nas comunidades.

Por fim, fechando a análise dos impactos sobre a inundação da antiga cidade de Glória em 1974, perguntamos as entrevistadas quais lembranças perpetuam em suas memórias quando se fala da antiga cidade, todas as entrevistadas demonstram em suas narrativas o sentimento de saudade e tristeza e descrevem um pouco como era a vida naquele local. Dona Jildetenos diz:

(Suspiros)... (Pausa)... Eu tenho lembranças de tudo, da localização da casa da gente, da igreja... né? Das praças. Quando a gente lembra, a gente lembra assim, com muita saudade. Por que... Apesar de ser uma cidade assim... Assim, um pouco parada, mas a gente vivia assim, bem, as pessoas... Todo mundo conhecia todo mundo. E aqui, tem pessoas que

passam e a gente não sabe nem quem são. E lá, a gente vivia em família mesmo. Conhecia todo mundo. Quando chegava um estranho em Glória... Ave Maria! Eita, chegou uma pessoa estranha. Lá a gente vivia bem, bem assim, como se fosse uma única família. E a gente lembra assim, com saudades, né? De tudo. Tinham umas praças lindas, duas praças muito bonitas, quem fez foi Lindemar, quando era prefeito. E a gente quando lembra, lembra com saudades (risos)(SANTOS, 2019).

Figura 13 - Praça localizada na RuaNova na antiga cidade de Glória.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

A entrevistada dona Joildarelata as suas lembranças dizendo:

Ah, (risos) lembro muitas coisas, (risos). A gente não esquece né? Tudo de Glória, a gente não esquece. Ainda ontem? Anteontem, morreu aqui um rapaz, e o pai dele era de Glória. Da mesma faixa de idade da minha, do irmão meu mais velho, que mora em Salvador, que é até cunhado de teta. Aí ele dizia... Nós fomos visitá-lo e ele está cego, tá... Tem diabetes, cortou as duas pernas e tudo né? Aí eu dizia: hã Zezinho, é Joilda de João Casemiro lá de Glória. Ah, Joilda! O tempo que a gente estudava na escola, lá em Glória, eu não esqueço nunca. Eu estou cego, mas estou vendo assim, a velha Glória! É todo mundo assim né, todos os filhos de Glória que moram fora, os daqui e os que vem de fora. Quando chegam aqui, é aquele encontro, só falam, na, na velha Glória. A lembrança vem toda de lá. A gente, tá. Ele dizendo assim, parece que eu estou vendo assim, a igreja, a feira, to vendo assim, a velha Glória. Ele dizendo. E eu digo, é isso mesmo. A gente, todo, todo nós... Sentimos isso né? Quando lembra de Glória, lembra de tudo lá em Glória. O que a gente viveu lá, o tempo que a gente viveu, há, uma vida né? (risos) Nós viemos para aqui, já tem... Foi em 75, já tem mais de trinta anos, né. (risos). A gente lembra muito de tudo, tudo de Glória a gente lembra, recorda, sente saudades, principalmente daquelas pessoas que já se foram. Parentes, amigos, (risos). Pai, mãe, tudo né (ALMEIDA, 2019).

Figura 14 – Grupo Escolar Reis Magalhães em 1963, da cidade de velha Glória.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Antônia Julieta nos conta:

Avee Maria! É saudade, saudade muita né? Por que lá a gente tinha uma vida assim, sem medo, sem violência, assim na maioria das cidades antigamente era mais segura, né? Não tinha tanto medo né? Sem violência. A gente dormia, dormia na calçada, quando estava fazendo calor, papai colocava o banco, deitava no banco, a gente colocava esteira, ia para a praça, um bucado de menino. Ficava até dez horas brincando, sem preocupação nenhuma. (...) A gente corria por traz do cerrado, hão, era tanta coisa assim escura que a gente entrava sem um pingão de medo. **Então eu tenho muita, muita saudade. Eu lembro muito de Glória, eu sonho muito com Glória** (...) (SILVA, 2019, grifo nosso).

Figura 15- Alguns moradores transitando nas ruas de Velha Glória.



Fonte: Acervo pessoal de Antônia Julieta Farias Campos e Silva.

Levando-se em conta todos os relatos apresentados pelas moradoras entrevistadas e as descrições feitas por Jarbas Carvalho Oliveira em seu livro, podemos constatar que enormes foram os impactos e prejuízos decorrentes da inundação da velha Glória no cotidiano da população local. Além das transformações geográficas e as perdas materiais, percebemos que os impactos sociais e psicológicos da indenização ilusória e fantasiosa do Estado, a saída brusca de suas casas, lugares de memória afetiva e referência, afetaram significativamente a forma como os moradores deram prosseguimento as suas vivências cotidianas.

Poema produzido por uma das moradoras da antiga cidade de Glória-BA.

*Com esses versinhos de pé quebrado,
voltemos ao nosso passado Feliz.
Como dissera o grande Poeta
Catulo da Paixão Cearense:
“A coisa mais besta desse mundo é dá
de comê na boca de uma saudade!”
Porém, vale a pena procedermos assim.*

*Nossa terra Natal foi e será
sempre insubstituível e Amada.*

GLÓRIA 11/06/99

C.F.S.S.

GLÓRIA



GLÓRIA

Cada qual traz seu destino
é um provérbio milenar,
uns nascem pra obedecer
outros nascem pra mandar.

Uns nascem ricos, outros pobres,
vêm ao mundo pra, sofrer,
uns vivem por muitos anos,
outros morrem sem nascer!

É a lei da natureza
e ninguém pode fugir,
por isso a sorte de Glória
vai agora se cumprir!

O destino de Glória
foi traçado por Jesus,
Ela vai se acabar
para que haja mais luz!

Em qualquer vila ou cidade
onde a energia chegar,
é um pedaço de Glória
que lá estará a brilhar!

Com estes versos singelos
pretendemos demonstrar,
os motivos porque Glória
não pode se acabar!

Qual é o filho de Glória
que não traz no coração,
a imagem de Sr^o Antônio
num dia de Procição!

Natal, festa de Reis,
quantas lembranças nos traz,
de um passado feliz
que não volta nunca mais!

Quem é que não sente n'alma
uma grande nostalgia
relembrando o velho sino,
tocando a "AVE MARIA"!

Quem já viu coisa mais bela
do que quase de noitinha,
a lua cheia nascendo
por detrás da Igreja!

Quem é que pode esquecer
o cheiro da areia molhada,
quando do céu caía
uma boa trovoadá!

E a grande animação
com que o povo corria,
para ir plantar na roça
milho, feijão, melancia!

Quem esquece as serenatas
numa noite enluarada,
a rapaziada cantando,
até alta madrugada!

Qual será o Folião
que no mês de fevereiro,
não recorde tristemente
o bloco dos cangaceiros!

E o bloco do Zé Pereira
desfilando na cidade,
com todo mundo falando
quem não chora de saudade!

Qual é o velho de Glória
que não lembra com saudade,
dos passeios no cruzeiro
às quatro horas da tarde!

Os banhos no cacacá
de manhã, ao entardecer,
dos pulos lá do "macaco"
quem é que pode esquecer!

Quem é que não se recorda
com amor, diga quem é,
do pato, moça de fogo
do velho mestre José!

Mesmo quem não é de Glória
sofre muito ao relembrar,
aquele tempo feliz
que não mais há de voltar!

Cada um na sua alma
traz guardado com fervor,
a lembrança de um alguém
que foi o seu grande amor!

Qual é o filho de Glória
que não tem recordação,
das noites de Sr^o Antônio
das fogueiras de São João!

Os dramas, as festas cívicas
as escolas, a mocidade,
desfilado no jardim
tudo isto traz saudades!

O canto dos penitentes
na Semana da Paixão,
o testamento de Judas
faz doer o coração!

E o velho cemitério
quem esquecerá jamais,
dos nossos entes queridos
que não voltam nunca mais!

A praia, jatobazeiro
Porto d'areia, Toró,
pedra grande do serrote
é uma saudade só!

Quem é que pode esquecer
me diga quem é que pode,
a zabumba nas matinas
tocada pelo Zé Bode!

Meninos, moços e velhos
quem é que vai esquecer,
a quadrilha de "São Pedro"
até o dia amanhecer!

E a saudade de um filho,
de um parente ou irmão,
que partiu para outras terras
pra poder ganhar o pão!

É por isso que afirmo,
Glória, não morrerá,
onde houver um filho seu
Ela presente estará!

Quando chegar o dia
da triste separação,
com o coração contrito
rezemos urna oração,
Pedindo a Sr^o Antônio
nosso grande protetor,
que haja na "NOVA
GLÓRIA"

UNIÃO, PAZ e AMOR!

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho buscou através dos depoimentos orais e das lembranças dos moradores da antiga cidade de Glória-Ba, verificar os principais impactos da construção da barragem de Moxotó, em 1974, na região e na vida dos habitantes locais. Para isso, tivemos que compreender os desdobramentos dos empreendimentos energéticos no Brasil descrever os aspectos geográficos e culturais da antiga cidade de Glória-Ba. Através do uso da História Oral como metodologia, os conceitos da memória e as pesquisas bibliográficas, conseguimos alcançar os objetivos propostos.

Notamos que a vultosa estimulação do Estado a partir da década de 1930 na edificação de grandes projetos hidroelétricos no Brasil, proporcionou o desenvolvimento considerável da economia do país. Mas por outro lado, todo o anseio econômico para a estimulação e acumulação de capital, deixaram marcas significativas nas vidas das populações que direta ou indiretamente foram atingidas por essas obras em todo o Brasil.

No caso específico da antiga cidade de Glória, vimos que a CHESF se preocupou de maneira extremamente superficial com os moradores da região. Além das falhas na indenização a curto prazo, o discurso de progresso e modernização propagado durante todo o processo de inundação e realocação dos moradores e a construção de uma memória nacional do Estado sobre a concretização benéfica da obra, mitigaram a percepção dos próprios atingidos e da população como um todo, sobre os efeitos do acontecimento a um longo prazo.

Assim, a visibilidade dada a esses moradores através da produção deste trabalho, contribuiu para uma percepção mais ampla e detalhada dos impactos do fim da cidade em 1974. O fato de termos conhecido a percepção dos próprios atingidos, nos levou a um entendimento mais rico e colorido dos fatos que na maioria das vezes é descartado dos discursos e das memórias oficiais.

Logo, a produção deste trabalho pode contribuir e servir como parâmetro, juntamente com os diversos outros estudos já realizados, na percepção dos grandes impactos que a edificação de hidroelétricas ocasionou no Brasil. Conhecer experiências passadas pode ser caminho para uma produção mais sustentável e humanista de futuros projetos que atingem o cotidiano de diversas

comunidades. No mais, a construção deste material pode servir também como mecanismo, instrumento de conhecimento e fonte de pesquisas dos próprios moradores e de gerações futuras sobre a história local da cidade de Glória-BA.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nelani; ANJOS, Marcilene dos; DESIDÉRIO, Carine. **História e Cultura dos Povos Indígenas- Pancararé**. Publicado em 14 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://indiospancarare.blogspot.com/>>. Acesso em 25/05/2020, as 20h:34min.

AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. **Produção do espaço urbano-regional na área das hidrelétricas do submédio são Francisco**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

BERMANN, C. **Crise ambiental e as energias renováveis**. Ciência e Cultura, Campinas, v. 60, n. 3, p. 20-29, 2008.

BUTTNER, Anna. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. *Perspectiva da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

DANTAS, Vadlimir José. **História e Memória**. Aracaju: UNIT, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidade**. 2. ed. Minas Gerais, BH: Autêntica, 2010. 135 p.

Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Disponível em: <<https://camara.leg.br/24643/1934>> Acesso em 20/05/2020, as 19:12 min.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: velhas questões, novos desafios**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História** Elsevier, 2012. p. 169-186.

FILHO, Geraldo Pimentel. **O impacto ambiental das obras do setor elétrico: o reassentamento da população atingida pela usina de Itaparica**. Rev. Adm. públ., Rio de Janeiro, 22(3):95-110, jul.set. 1988.

GALDINO, Antônio. **Há 63 anos era inaugurada a primeira Usina de Paulo Afonso**. Publicado em 15 de janeiro de 2018, às 11:37. Disponível em: <<https://pa4.com.br/noticias/ha-63-anos-era-inaugurada-oficialmente-primeira-usina-de-paulo-afonso/>> Acesso em: 03/10/2021, as 13:10min.

GIONGO, Carmem Regina. MENDES, Jussara Maria Rosa. SANTOS, Fabiane Konowaluk. **Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 501-522, jul./set. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JOURDAN, Marcelo Mollica. ***A light, investimento estrangeiro no brasil uma luz sobre o ciclo privado-público-privado em 80 anos pela análise de taxa de retorno***. Fundação Getúlio Vargas Escola de Pós Graduação em Economia Mestrado em Finanças e Economia Empresarial. Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 2006.

LE GOFF, Jacques. ***História e memória***. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LINS, Rachei Caldas. ***Energia hidrelétrica do Nordeste***. Ci. & Trop., Recife, 1(1):105-142, jan./jun. 1973.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Reassentamento urbano de Belo Monte já apresenta problemas, 2014. Disponível em: <[Reassentamento urbano de Belo Monte já apresenta problemas \(mab.org.br\)](http://Reassentamento urbano de Belo Monte já apresenta problemas (mab.org.br))> Acesso em 20/05/2020, as 18h:30 min.

MACCHIONE SAES, A.; MULLER SASSE, C. ***A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)***. Anuario Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo, v. 4, n. 4, 6 dez. 2018.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. ***História oral: como fazer, como pensar***. 2. Ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Jarbas Carvalho de. ***Santo Antonio da Glória do Curral dos Bois- Recordações da minha infância e juventude***. Salvador, 214p.:il. 2007.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. ***A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil***. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai/ago 2018.

POLLAK, Michael. ***Memória e identidade social***. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. ***Memória, Esquecimento, Silêncio***. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Adriana Renata Sathler de; MOTTA-VEIGA, Marcelo. ***Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão ener-gética sustentável***. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1387-1398, 2012.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. ***O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania***. Revista direito e práxis, Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140.

SBB engenharia (Segurança básica de barragem). ***Usinas Supervisionadas***. Disponível em: <https://www.sbbengenharia.com.br/index.php/regiao-nordeste/54:uhe-moxoto>> Acesso 08/12/2021, as 21:25 min.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ULLOA, V.; BELLINI, L. M. **Ausina hidrelétrica de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no Rio Paraná (Corrientes, Argentina)**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 373-391, 2009.

VAINER, C. B. **Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2020.

FONTES ORAIS:

ALMEIDA, Joilda Demóstenes de. [80anos]. [Setembro 2019]. Entrevistador: Ramon Lima Alves Costa. Glória, BA. 21 de setembro de 2019.

SANTOS, Jildete Demóstenes de Almeida. [69 anos]. [Setembro 2019]. Entrevistador: Ramon Lima Alves Costa. Glória, BA. 21 de setembro de 2019.

SILVA, Antônia Julieta Farias Campos e. [63 anos]. [Agosto 2019]. Entrevistador: Ramon Lima Alves Costa. Glória, BA. 07 de agosto de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Transcrição da entrevista realizada com Antônia Julieta Farias Campos e Silva, em 07 de agosto de 2019 em Glória/BA.

Entrevistador: Nome completo da senhora, onde nasceu e a idade?

Antônia: Eu sou Antônia Julieta Farias Campos e Silva, eu nasci em Paulo Afonso, mas me criei em Glória-Ba. Só foi lá porque tinha hospital, para nascer lá. Mas voltei para aqui. E tenho 63 anos.

Entrevistador: O que a CHESF representa pra você?

Antônia: pausa.... (risos). Eu sou assim até suspeita em falar. Porque eu trabalhei na CHESF, e eu era assim, apaixonada por ela. Mas no fundo no fundo eu tenho assim, uma magoa. Porque a gente perdeu a nossa cidade, onde a gente tinha tudo. A nossa infância, a nossa adolescência, foi toda na Glória Velha. Consequências de um progresso, que a gente pensa até que... Fica com raiva da CHESF, porque a gente acha que ela está por trás, mas na realidade não é né. A gente precisava que o progresso fosse melhorado né? Então, eu... é, para mim, eu gosto muito da CHESF.

Entrevistador:É, quando ficou sabendo que a cidade seria inundada, devido a construção da Hidroelétrica, o que a senhora sentiu?

Antônia: A gente não acreditava. (risos). Quando começou a ver o pessoal chegar, o pessoal da CHESF, as casas serem indenizadas, que muitas foram indenizadas né? E as outras a gente deixou para receber aqui as casas. Aí foi quando a gente começou a acreditar. Mas foi assim, uma perda irreparável, né? A gente ficou muito triste, todo mundo era o que comentava na Glória velha, a gente queria guardar tudo para trazer de lembranças, foi um pesar para todo mundo.

Entrevistador:Qual foi a atual do Estado em relação às famílias que moravam na região?

Antônia:Glória, eu acho que foi a primeira cidade né? A ser inundada aqui na região. Então a gente sofreu mais. Eu acho que não teve muita preocupação não, principalmente dos órgãos né? É porque, Glória, a gente perdeu tudo. Quem tinha roça, eles só pagaram a cerca. Então, as plantações, nada. Terreno, nada foi pago. Então a gente perdeu demais. Foi horrível, até hoje a gente sonha, a gente deseja

em está no nosso cantinho. Que era uma cidadezinha muito pequenininha, mas muito gostosa muito agradável.

Entrevistador: No caso o Estado, não teve nenhuma política de ajuda? Nem... A CHESF de início, foi fácil para a CHESF indenizar, ou teve que os moradores lutarem? Porque existe, por exemplo, em Petrolândia, algumas coisas quando aconteceu a inundação que, tiveram lutas sindicais para que pudessem pagar. Aqui não, aqui a CHESF já...

Antônia: Eu acho que foi muito assim, a gente aceitou muito passivo. Foi muito de aceitação. A única coisa que eu lembro que foi assim, que teve muita polêmica, foi em relação ao local da cidade. Se seria na Quixaba, ou em Glória, né? Que aí o prefeito, acho que... Não sei se ele conseguiu. Eu sei que ele resolveu colocar aqui não sei como, e para mim foi até melhor. Mas muita gente preferia que fosse lá quixaba né? Que tem até assim, as características da Glória antiga. E aqui a gente ficou muito assim, isolado, cada um no seu quanto, uma vida da cidade já grande. Mas, eu não lembro se o Estado fez alguma coisa. Não tenho assim muita lembrança não. Só sei que a CHESF pagou, é... Pelas casas, também era assim um valor muito pequeno. Ninguém brigou não, Glória não teve assim, briga por nada não. Assim, o sindicato, ninguém. Então depois que viram o prejuízo de Glória que veio. É, Rodelas para Petrolândia, então Glória foi um exemplo né? Viram que não conseguiu nada então eles aí se juntaram e aí, conseguiram muito mais coisas.

Entrevistador: É, como foi o processo de mudança para a nova Glória?

Antônia: Aí foi uma tristeza, né? Cada um ia saindo, teve o período de sair, então quem já estava com as coisinhas já arrumadas, vinham. Muitos relutaram, tanto que teve duas famílias que foi seu Lelé Parreira e seu Antônio Florêncio que não quiseram sair. Foi preciso até a intervenção, acho que foi do exército. Porque, pra eles saírem, que a água já vinha e eles não acreditavam. Forma as duas últimas famílias a saírem de Glória. A gente saiu... A mudança foi feita no dia 06 de janeiro, Festa de Reis. Em Glória tinha essa festa. Aí os santos vieram todos para aqui, vieram em procissão. Mas a gente da nossa família saiu dia 17 de janeiro. Mas eu acho que esse pessoal saiu em abril. Essas duas famílias né? Que não queriam sair de jeito nenhum, não acreditavam. Mas foi muito triste, eram os caminhões saindo e a gente chorando, os caminhões com as mudanças, tanto que a gente tem até foto

chorando perto do caminhão. Foi horrível, era como se a gente estivesse perdido uma pessoa da família.

Entrevistador: A senhora já citou um pouco, mas eu vou fazer a pergunta: o lugar escolhido para a nova cidade te agradou?

Antônia: Eu só gostei porque ficou perto de Paulo Afonso. Mas já teve a desvantagem porque Glória morreu. A gente não tem quase vida própria, tudo a gente faz em Paulo Afonso, a gente depende muito de Paulo Afonso. Eu gostei porque era próximo, por isso. Mas eu acho que se tivesse sido na Quixaba seria bem melhor. Por causa de roça mesmo, aqui ainda teve muita gente que ainda ganhou terreno, mas muitos já tinham. Marí que pertencia ali a Quixaba, né, bem pertinho da Quixaba. Então muitos já tinham roça lá, é tanto que papai não queria, de jeito nenhum. Ainda morou um bom tempo, 17 anos ele ficou ainda na Quixaba sem querer vim. Ele também tinha comercio, e pra ele teria sido melhor lá, né? Pensaram em também colocar ali onde hoje é a ADABE, sabe, ali no rio fundo? Alí também tinha sido bom, tinha Petrolândia próximo, né? Mas ficava mais distante de Paulo Afonso. Eu gostei por isso, porque achei que era mais vantagem. Então eu, estudava ainda. Ai depois que eu fui trabalhar. Então aí ficou mais bem pertinho mais perto de Paulo Afonso. Mas eu acho que se tivesse sido lá a gente tinha ganhado mais. Tinha sido melhor.

Entrevistador: Pronto, só para finalizar, é... Quando a senhora lembra a antiga cidade, o quem vem em sua memória?

Antônia: Avee Maria! É saudade, saudade muita né? Por que lá a gente tinha uma vida assim, sem medo, sem violência, assim na maioria das cidades antigamente era mais segura, né? Não tinha tanto medo né? Sem violência. A gente dormia, dormia na calçada, quando estava fazendo calor, papaia colocava o banco, deitava no banco, a gente colocava esteira, ia para a praça, um bocado de menino. Ficava até dez horas brincando, sem preocupação nenhuma. A gente brincava, que hoje é esconde esconde. Não é, esconde esconde?

Entrevistador: Esconde, esconde.

Antônia: A gente chamava de “pôde”, não era nem podre, era “pôde”. A gente corria por traz do cerrado, hão, era tanta coisa assim escura que a gente entrava sem um pingo de medo. Então eu tenho muita, muita saudade. Eu lembro muito de Glória, eu sonho muito com Glória. Teve um probleminha na época que eles inundaram, e logo

depois eles tiveram que esvaziar. Eu não sei, foi algum problema que teve. E a gente foi lá. Ave Maria, foi uma tristeza. E quando eles esvaziaram parece que tudo ficou assim junto, né? Então a casa de mamãe ficou bem pertinho da igreja, a gente até viu o fogão que era de lenha, tirou foto nesse fogão de lenha. É, Glória era uma cidade assim, que a gente não esquece, né? Cheia de amor. Essa cadeira, cadê? Essa cadeira aqui, vou lhe mostrar. Na igreja a gente tinha essas cadeiras aqui. Era a gente que comprava, cada um tinha a sua cadeira. Se ajoelhava ali, e sentava aqui. Então, quando inundaram e secaram, um senhor, amigo de papai, Agripino. Que ele tem uma rocinha ali perto de Antônio de boa, de Maria de boa.

Antônia: Aí, ele pegou essa cadeira e trouxe para mamãe de presente. Estava lá, tinham deixado. Aí estava toda molhadinha, assim ressecada. Aí João ajeitou e eu guardo com muito amor. Então eu tenho muita saudade de Glória. Queria muito está lá de novo. (risos)

Entrevistador: Pois está certo, é isso. Obrigado viu?

Antônia: Hô meu filho, por nada.

Antônia complementa no final: A gente vivia de agricultura, né? Então, as roças geralmente tinham frutas. Tinham tangerinas, é... Laranjas, bananas, coco. Então, e muita gente tinha de graça né? E leite também. A gente ia madrugada, papai chamava a gente para ir para o curral para tomar o leitinho quente da vaca. (risos) Então a gente ficou muito tempo sem isso, porque a gente não tinha terreno. Depois foi que foi ver roça, que foi ajeitar. Então a gente perdeu demais. Muito, muito mesmo. E o nosso surubim, que a gente deixou de ter? Que era um peixe que todo mundo, ave Maria, adorava. E tinha em abundância, e acabou. Não tem mais surubim aqui na nossa região. Então a gente perdeu muito, muito, muito e muito. Só podemos sentir muitas saudades dessa terra nossa.

APÊNDICE B - Transcrição da entrevista realizada com Jildete Demóstenes de Almeida Santos, em 21 de setembro de 2019 em Glória/BA.

Entrevistador: Nome da entrevistada?

Jildete: Jildete Demóstenes de Almeida Santos

Entrevistador: Data de nascimento, idade?

Jildete: 69 anos

Entrevistador: Local de nascimento?

Jildete: Nasci em Glória-BA.

Entrevistador: o que a CHESF representa para a senhora?

Jildete: Bom né, é uma companhia né, que fornece energia. E com certeza ela, se ela fornece energia, oferece produção pro Nordeste, acredito que seja, né? Uma empresa confiável.

Entrevistador: quando a senhora ficou sabendo que a cidade seria inundada devido à construção da hidroelétrica, o que a senhora sentiu?

Jildete: é... Muita tristeza, de ter que sair da nossa cidade, da cidade onde a gente nasce né? Aí foi triste, mas a gente entendeu que era para o progresso, né? O progresso né, para fornecer mais energia para outros Estados, e aí a gente teve que se conformar. Mas aí, a tristeza foi grande.

Entrevistador: qual foi a atuação do estado em relação às famílias que moravam na região?

Jildete: o Estado? Por que na época era a Chesf, né? Que...

Entrevistador: em relação ao prefeito, ao estado, se teve políticas de apoio em relação às famílias, ou vocês tiveram que lutar?...

Jildete: Seio, seio... Eles, assim... Claro que houve uma preocupação né? Uma preocupação muito grande... Em referência a isso, só que... A gente esperava mais. É... A gente tinha uma casa grande, pegou, é... Recebeu uma pequena. Não teve assim, muito... Não foi muito bom para o povo, né? Com certeza não foi. É... O prefeito na época era Idalcio, ele se preocupou é, é... Na localização da nova cidade, né? Que é aqui em Glória velha. Mas que a gente... Tanto a CHESF, como o Estado, não... Assim... Não, não foi assim uma coisa boa para o povo, né? Eles se preocuparam mais com o progresso do que com as pessoas.

Entrevistador: em relação à construção, por exemplo, as pessoas que tinham, casas roças, nessa nova cidade deram casa iguais a todo mundo?

Jildete: As casas pequenas. É... A indenização era mínima, não tinha essa né... Não davam condições as pessoas indenizarem e fazer uma casa, de acordo com as que tinham lá. A indenização não foi muito boa. O pessoal que tinham roça, muita gente, indenizou, por... Um precinho ilusório mesmo né? Risório mesmo. Não tinha, não foi muito bom não. Para o povo não foi não.

Entrevistador: como foi o processo de mudança para a nova cidade?

Jildete: O processo de mudança, nós, é... Muitas pessoas aceitavam, e outras não, né? Teve pessoas que permaneceram lá, foram tiradas assim, né... De última hora. Mas a maioria, muitas pessoas vieram antes do que era para vim mesmo. Já para irem se acostumando e outras pessoas já vieram assim no último dia, e... As pessoas vieram, né? Sem querer, mas tiveram que vim. Foi assim, um dia assim, muito triste para todo mundo.

Entrevistador: o lugar escolhido para a nova cidade agradou à senhora?

Jildete: Agradou! Principalmente por que é próximo de Paulo Afonso, né? Era, foi melhor aqui do que ter sido bem mais distante. Por que Glória velha, já era distante de Paulo Afonso, né? E, se fosse construída, né, já pertinho da cidade ficava, né... A localização, para mim foi boa.

Entrevistador: por que até em tão, era em Paulo Afonso que tinham as escolas, as...

Jildete: É, até hoje, né? Glória, é, é... O ruim ficou assim, porque, sendo próximo de Paulo Afonso, não tem as coisas, né? Não tem tudo que devia ter. O pessoal depende muito de Paulo Afonso. Pela proximidade, eu acho que também foi prejudicada aqui.

Entrevistador: Ao mesmo tempo em que possibilitou o pessoal ter acesso...

Jildete: É, prejudicou a proximidade também prejudicou. Foi bom assim, pela proximidade em referência, é... A saúde... A muitas coisas, né? Mas aqui ficou um pouco parado.

Jildete: A localização foi boa, mas poderia ser sim melhor se... né, as pessoas... É... Fizessem alguma coisa aqui, né. Mas... Em parte assim, foi boa e ao mesmo tempo não foi lá né, essas coisas por conta disso.

Entrevistador: É... Quando a senhora lembra a antiga cidade de Glória, o que vem em sua memória?

Jildete:(Suspiros)... (Pausa)... Eu tenho lembranças de tudo, da localização da casa da gente, da igreja... né? Das praças. Quando a gente lembra, a gente lembra assim, com muita saudade. Por que... Apesar de ser uma cidade assim... Assim, um pouco parada, mas a gente vivia assim, bem, as pessoas... Todo mundo conhecia todo mundo. E aqui, tem pessoas que passam e a gente não sabe nem quem são. E lá, a gente vivia em família mesmo. Conhecia todo mundo. Quando chegava um estranho em Glória... Ave Maria! Eita! chegou uma pessoa estranha. Lá a gente vivia

bem, bem assim, como se fosse uma única família. E a gente lembra assim, com saudades, né? De tudo. Tinham umas praças lindas, duas praças muito bonitas, quem fez foi Lindemar, quando era prefeito. E a gente quando lembra, lembra com saudades. (risos)

Entrevistador: Muito obrigado!

Jildete: Nada, (risos)

APÊNDICE C - Transcrição da entrevistarealizada com: Joilda Demóstenes de Almeida, em 21 de setembro de 2019 em Glória/BA.

Entrevistador: Qual o nome completo da senhora, onde a senhora nasceu e a idade?

Joilda: meu nome é Joilda Demóstenes de Almeida.

Entrevistador: a senhora nasceu onde?

Joilda: Nasceu em Glória, (risos) lá na cidade velha né? E a data de nascimento, é 12/01/1939. Fiz oitenta em janeiro.

Entrevistador: eu quero saber da senhora, o que a CHESF ela representa para a senhora?

Joilda: a CHESF? (risos).

Entrevistador: sim!

Joilda: Bom, a CHESF... Foi boa né? Na época né? Mas também fez... Algumas coisas que num, (risos) não agradou nem a gente nessa nova cidade... Por exemplo, né? Pra mim a CHESF foi bom né? A nossa casa, por exemplo, essa aqui né, nós tínhamos lá uma casa muito... Era grande né? A família era grande. Recebemos aqui uma casa muito, (risos). Inferior assim, nossa casa lá tinha cinco quartos, sala, aquelas casas antigas que tinha corredor, separado o banheiro, sanitário, muro, área. Tinha quarto de despejo, era uma casa enorme. E nós recebemos aqui uma casinha com uma sala, que é esses aqui, três quartos e uma cozinha só. E depois antes de um ano, nós tivemos que fazer uma, aumentar a casa. Fizemos mais outro quarto e uma sala, uma cozinha, porque era bem pequenininha. E no outro ano, a gente fez outra reforma. Hoje nós temos uma casa grande, né? Que a família é grande. Mas a CHESF, não (risos) não cobriu, ah... Como a gente esperava.

Entrevistador: É... Quando a senhora ficou sabendo que a antiga cidade de Glória seria inundada, devido a construção da barragem, o que a senhora sentiu?

Joilda: Foi muito triste né, essa notícia. Até hoje quando a gente fala se emociona. (Nesse momento a entrevistada enche os olhos de lágrimas e chora). A gente não esperava né? Achava até que era, uma conversa assim, que não ia acontecer né? Que, foi muito triste. Principalmente para a minha mãe, que na época já era de idade, e ela teve que... Sair foi para Salvador com os filhos, as filhas, para não assistir assim a mudança. Agora eu como a filha mais velha, tive que enfrentar. rrs, essa mudança né? E aceitar né? porque não tinha jeito. Era pra... Para o progresso né? Foi muito triste. Para mim e para toda a minha família e toda comunidade, né? Até hoje todo mundo...

Entrevistador: Qual foi a atuação na época da, da prefeitura, dos prefeitos na época, em relação às famílias, do próprio Estado? Eles ajudaram as famílias, em relação às mudanças, tudo? Ou o Estado ficou mais a parte?

Joilda: Em uma parte ajudou, em outra não. Nessa época eu até trabalhava na prefeitura, (risos) Mas... Ajudou, assim um pouco, mas não foi tanto não. Como a gente esperava né? Sabe que os prefeitos, (risos) promete, promete né? Mas depois, falha né? Por sinal, até ele na época, o prefeito na época, ele ajudou assim, porque, o pessoal que tinha roça, meu pai mesmo tinha uma roça. Meu pai já era falecido né? Ele tinha uma... Gostava de plantar, tinha uma rocinha. E essas pessoas, que tinham essas roças, tinham uma casinha na roça, aí foi que o prefeito, na época... Teve reunião com a CHESF, e essas pessoas que tinham roça, assim, essas roças pequenas, ganharam uma casinha, sabe? Aqui no bairro, nos arredores. Uma casinha pequena. Ainda ajudou nessa parte né? Nós mesmos recebemos uma casinha da roça. Porque não teve... Não indenizou na época né, as roças. As casas só foi uma, uma permuta, né, de uma para outra. E a roça, para a gente não perder de tudo, porque eles não indenizaram. A CHESF não indenizou. Mas, com a ajuda do prefeito aí fez esse acordo e as pessoas ganharam quem tinha roça, ganharam uma casinha.

Entrevistador: e como foi o processo de mudança, da antiga cidade para aqui?

Joilda: O processo... (risos) Foi... É triste né, porque... Na época, muita gente assim, aquele pessoal mais antigos que não entendiam nada né, não queria sair. Revoltaram-se, teve gente que ficou, só saiu quando viu que a água já estava

entrando, sabe? E foi, foi muito triste assim, essa mudança né, essa transferência. Aqueles carros vinham pegar as famílias, nós mesmos fomos, fomos umas das famílias que saímos por último. Foi por último assim, (risos), foi umas das últimas, não fomos à das primeiras... Então, minha mãe viajou para Salvador, e eu fiquei com meus irmãos daqui. Porque a família é grande né, somos, éramos treze irmãos. Mas moravam uns em Salvador e outras, outros aqui. Aí nós fizemos a mudança, mas foi... Foi triste né? Essa transferência, mudança né.

Entrevistador: É, esse lugar aqui, escolhido para essa nova cidade, agradou a senhora?

Joilda: Agradou, porque nós não tínhamos outra... (risos) outra, outro jeito, né? No início a gente... (Pausa)... Não acostumava, né? Mas aos poucos a gente... A gente não esquece, mas, tem que acostumar. Que não pode, a gente não pode, mas sair né, (risos). Daqui? Foi bom assim, por que... Pelo menos... Foi e não foi, perto de Paulo Afonso, né? Fica, ficou uma cidade assim, sem, sem movimento, sem comercio, a feira era muito pequenininha, depois acabou a feira. A que nós tínhamos lá na velha Glória era uma feira boa, era grande. Tinha movimento. Mas a feira aqui, (risos) ave Maria, era um fracasso né? Acabou e depois agora voltou novamente, mas é uma coisinha bem pequena. Tudo depende de Paulo Afonso. É bom assim, porque é perto, mas, (risos) tudo depende de lá. Porque, acho que se fosse em um lugar mais distante, podia, poderia até ter né, uma vida melhor, um comercio, um... O que nós temos aqui agora só é essa orla aí da beira rio né, que melhorou um pouco a cidade. Mas era uma cidade... Meio morta. (risos)

Entrevistador: Quando a senhora lembra a antiga cidade, de Glória velha lá, o que vem na memória da senhora?

Joilda: Ah, (risos) lembro muitas coisas, (risos). A gente não esquece né? Tudo de Glória, a gente não esquece. Ainda ontem? Anteontem, morreu aqui um rapaz, e o pai dele era de Glória. Da mesma faixa de idade da minha, do irmão meu mais velho, que mora em Salvador, que é até cunhado de Têta. Aí ele dizia... Nós fomos visitá-lo e ele está cego, tá... Tem diabetes, cortou as duas pernas e tudo né? Aí eu dizia: ô Zezinho, é Joilda de João Casemiro lá de Glória. Ah, Joilda! O tempo que a gente estudava na escola, lá em Glória, eu não esqueço nunca. Eu estou cego, mas estou vendo assim, a velha Glória! É todo mundo assim né, todos os filhos de Glória que moram fora, os daqui e os que vem de fora. Quando chegam aqui, é aquele

encontro, só falam, na, na velha Glória. A lembrança vem toda de lá. A gente, tá. Ele dizendo assim, parece que eu estou vendo assim, a igreja, a feira, to vendo assim, a velha Glória. Ele dizendo. E eu digo, é isso mesmo. A gente, todo, todo nós... Sentimos isso né? Quando lembra de Glória, lembra de tudo lá em Glória. O que a gente viveu lá, o tempo que a gente viveu, há, uma vida né? (risos) Nós viemos para aqui, já tem... Foi em 75, já tem mais de trinta anos, né. (risos). A gente lembra muito de tudo, tudo de Glória a gente lembra, recorda, sente saudades, principalmente daquelas pessoas que já se foram. Parentes, amigos, (risos). Pai, mãe, tudo né.

Joilda: Tá certo, (risos) até chorei.